LEI MUNICIPAL Nº 4.008/15, 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016.

SEGER LUIZ MENEGAZ, Prefeito Municipal de Tapejara, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, que o Poder Legislativo aprovou e eu, em cumprimento ao disposto no artigo 165 da Constituição Federal e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no Art.89, Inciso II, § 2º da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para geração do Orçamento do Município, relativas ao exercício de 2016, compreendendo:

I – as diretrizes, objetivos e metas da administração para o exercício proposto, em conformidade com o plano plurianual;

II - a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município;

III - as disposições relativas às despesas com pessoal;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

Parágrafo Único - Faz parte integrante desta Lei:

I – Previsão da Receita para 2.016/2.018, contendo:

a) Anexo da previsão da receita por categoria econômica e origem, bem como metodologia e premissas de cálculo das principais receitas e origens;

II - Anexo de Metas Fiscais que conterá:

a) Metas anuais de resultado nominal, primário e dívida pública para os exercícios de 2016/2018;

b) Memória e metodologia de cálculo do resultado primário e nominal;

c) Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

d) Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

e) Evolução do patrimônio líquido;

f) Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

g) Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos;

h) Estimativa e compensação da renúncia da receita;

i) Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

j) Relatório sobre Projetos em execução e a executar e despesas com conservação do Patrimônio Público.

III - Anexo de Riscos Fiscais;

IV - Anexo contendo as diretrizes, objetivos e metas para 2.016.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Art. 2º Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as prioridades para o exercício financeiro de 2016 são as especificadas no anexo III do parágrafo único do artigo anterior.

§ 1º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo.

§ 2º Para efeitos de execução orçamentária os indicadores de desempenho, associados aos objetivos dos programas, bem como as alterações nas ações relativas ao produto, a unidade de medida e a quantificação física, poderão ser alterados pelo Poder Executivo, devendo este comunicar as alterações ao Legislativo para efeitos de acompanhamento da execução orçamentária prevista na Constituição da República, art. 166, §1º, inciso II.

§ 3º Os códigos dos programas, projetos, atividades e operações especiais deverão ser os mesmos utilizados no Plano Plurianual.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I

Da Apresentação do Orçamento

Art. 3º O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos e órgãos, instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Art. 4º O orçamento discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação até o nível de elemento de despesa.

§ 1º Fica autorizada a criação de desdobramentos de despesa e transferência de valores entre um mesmo elemento de despesa.

§ 2º As vinculações orçamentárias (destinação e fonte de recursos) poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atendimento das necessidades de execução orçamentária.

Art. 5º A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao regime próprio de previdência social;

IV – à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, manutenção de atividades da Difusão Cultural no Município, especialmente no que tange o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, em atendimento ao disposto na LDB, Artigo 26-A, Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1.966;

V – Encargos e despesas comuns a todas as unidades orçamentárias denominadas Encargos Gerais do Município.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I – tabelas explicativas da receita e da despesa do Município de forma integrada, inclusive metodologia e premissa de cálculos, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 22 da Lei 4.320/64;

II – Anexos orçamentários 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei 4.320/64;

III - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I, do §2º do art. 2º da Lei 4.320/64);

IV - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita (LC nº 101, art. 5º, I)

V - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LC nº. 101, art. 5º, I);

VI - Anexo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais LRF, Art. 5º, I, contendo:

a) Compatibilidade com o resultado primário;

b) Compatibilidade com o resultado nominal;

VII – Anexo demonstrativo da receita corrente líquida (LC nº 101, art. 12, §3º);

VIII – Anexo demonstrativo da despesa com pessoal do Executivo, do Legislativo e consolidado do Município;

IX – Anexo demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos;

§ 1º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira informando saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa (metodologia de cálculo) da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa;

§ 2º O envio do projeto de lei, bem como os anexos orçamentários pelo Poder Executivo e o autógrafo elaborado pelo Poder Legislativo, deverão se dar, preferencialmente, em meio eletrônico.

§ 3º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas tributárias e transferências arrecadadas e previstas até o final do exercício corrente, bem como a previsão da receita corrente líquida prevista para o exercício a que se refere a proposta orçamentária e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 7º Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31/10/2015, sua respectiva proposta orçamentária parcial, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 8º A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o Município para o atendimento de passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, considerando-se, neste último, a possibilidade de destinação para a abertura de créditos adicionais, nos termos da Portaria nº 163 da Secretaria do Tesouro Nacional, art. 8º, e conforme Anexo de Riscos Fiscais.

§ 1º Não será considerada, para os efeitos do percentual de que trata o caput, a reserva à conta de receitas vinculadas dos fundos de previdência própria e outros fundos, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.

§ 2º A reserva de contingência somente poderá ser utilizada nos limites previstos no Anexo de Riscos Fiscais, com exceção do mês de dezembro, quando poderá ser utilizada livremente como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

Art. 9º Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do art. 16 da LC nº 101/2000, aquelas cujos valores não ultrapassarem o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

II – o impacto orçamentário e financeiro, assim como a declaração do ordenador da despesa, integrarão o processo administrativo de que trata o art.

38 da Lei nº 8.666, para as despesas de que trata o art. 16 da LC nº 101, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

Art. 10 O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101 de 2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias, bem como garantir o atingimento das metas de resultado primário e nominal.

§ 1º Para fins de elaboração da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.

§ 2º As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação por destinação de recursos com a especificação, em separado, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 11 O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2016, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação dos percentuais estabelecidos nos termos da Constituição da República.

Parágrafo Único - Em caso da não-elaboração do cronograma de desembolso, os duodécimos ao Legislativo se darão na forma de parcelas mensais iguais e sucessivas, respeitados, igualmente, os limites de que trata o *caput*.

Art. 12 O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo até o dia 20 de cada mês.

§ 1º Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos em disponibilidade do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídas os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 2º O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2017.

Art. 13 A Execução orçamentária do Legislativo será executada através de unidade orçamentária específica e integrada ao Poder Executivo para fins de contabilização.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 14 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15 A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelos órgãos executores.

§ 1º A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a sua evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º A avaliação de que trata o parágrafo anterior se dará através de relatório em que se dará ampla divulgação.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 16 Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento com recursos necessários ao término ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

Parágrafo Único. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

Seção VI

Da Transferência de Recursos para o Regime Próprio

Art. 17 O Município efetuará a contribuição patronal do exercício para o Regime Próprio de Previdência Social, para o fundo de Previdência Social através de despesa orçamentária.

Seção VII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Art. 18 Somente será autorizada a transferência de recursos por iniciativa da Administração Pública, que deverá abrir concorrência entre as Organizações da Sociedade Civil para execução dos Planos de Trabalho, se observadas as seguintes condições:

I – no mínimo, 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a Fazenda Municipal e o Fundo de Garantia, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

II – experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da pareceria ou de natureza semelhante;

III – capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;

IV – plano de aplicação dos recursos solicitados;

V – comprovação que a entidade não visa lucro e que os resultados são investidos para atender suas finalidades;

VI – comprovação de que os cargos de direção não são remunerados.

Parágrafo Único – Estabelecer um novo regime jurídico para a celebração de parcerias voluntárias entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Art. 19 A transferência de recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas com a finalidade de conceder benefícios fiscais ou econômicos, além das condições fiscais previstas no art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Legislação Municipal que trata do assunto.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 20 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com a classificação da estrutura programática da mesma forma que apresentado na lei orçamentária anual, observado o art. 12 da LC nº 101.

§ 1º Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei, por decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto, desde que exista previsão na lei que dispõe sobre o plano plurianual e no anexo de metas e prioridades desta Lei.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais:

I - as exposições dos motivos que os justifiquem;

II - as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais;

Seção IX

Da Transposição, Remanejamento e Transferência.

Art. 21 Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir o planejamento.

§ 2º Para efeitos desta Lei entende-se como:

I – Transposição – o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação, até o nível de elemento, totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II – Remanejamento – deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que haja alteração de lotação durante o exercício;

III – Transferência – deslocamento permitido de dotações atribuídas a créditos orçamentários de um mesmo programa de governo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 22 A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Poder Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão de cada órgão ou entidade.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo e o Executivo manterão controles sobre os valores já aproveitados da margem de expansão.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 23 O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos, empregos públicos, cargos comissionados, funções e demais espécies remuneratórias integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos ocupados e vagos.

§ 1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, o crescimento vegetativo, e o disposto no art. 25 desta Lei.

§ 2º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 24 Os projetos de lei sobre criação ou transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados, além de previsão específica nesta Lei, de impacto orçamentário e financeiro com as seguintes informações:

I- demonstrativo do cálculo que demonstre a situação orçamentária e financeira antes e depois da tomada de decisão sobre a nova despesa;

II- declaração do ordenador de despesas de que existe dotação suficiente e recursos financeiros para atendimento da despesa, com as premissas e metodologia de cálculo utilizado, conforme estabelece o art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

III- comprovação da não-afetação das metas fiscais para o exercício;

IV – medidas de compensação ou comprovação do aproveitamento da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 25 O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no art. 169, § 1º da Constituição Federal, poderá ser concedida desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar 101/00 e cumpridas as exigências previstas nos artigos. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26 No exercício de 2016 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3%(cinqüenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – situações de emergência ou calamidade pública;

II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível em situações momentâneas;

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 27 As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal e;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2016, especialmente sobre:

a) Atualização da planta genérica de valores do Município;

b) Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

c) Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

d) Revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

e) Revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

f) Instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

g) Revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;

h) Revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) Demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 28 Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do artigo anterior, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante decreto.

Art. 29 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e

anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária, não considerada na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, a elevação do montante de recursos recebidos pelo município, oriundos da elevação de alíquotas e/ou ampliação da base de cálculo de tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 157 e 158 da Constituição Federal.

§ 3º Não se sujeita às regras do parágrafo anterior a simples homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art. 30 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 31 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo Único - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão contingenciadas as dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VI

DAS METAS FISCAIS

Art. 32 As metas de resultado fiscal nominal e primário, fixadas nesta lei:

I – poderão ser atualizadas pela lei orçamentária anual;

II – em sua execução admite-se variação em seu cumprimento em até 40% das metas fixadas.

Art. 33 A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será efetivada, separadamente, por cada Poder do Município.

§ 1º Constitui critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, a seguinte ordem de prioridade:

I – No Poder Executivo:

a) Serviço extraordinário;

b) Convênios;

c) Realização de obras;

d) Redução de despesas com aquisição de equipamentos e material permanente.

II – No Poder Legislativo

a) Despesa de manutenção do Poder;

b) Realização de serviço extraordinário.

§ 2º Em não sendo suficiente ou inviável sob o ponto de vista de administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I – das despesas com pessoal e encargos;

II – das despesas necessárias para o atendimento à saúde da população e ao atendimento do mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino;

III – Serviço da divida.

§ 3º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo, até o vigésimo dia do mês subseqüente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º O Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato, até o final do mês em que ocorreu a comunicação, estabelecendo os montantes a serem limitados de empenho e movimentação financeira.

§ 5º Não ocorrendo a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este artigo, fica a cargo da coordenação do sistema de controle interno a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme atribuição prevista no art. 59, caput e inciso I da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 74, §1º da Constituição da República.

§ 6º Cessada a causa da limitação referida neste artigo, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados serão de forma proporcional às reduções efetivadas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 O Poder Executivo e Legislativo manterão sistema integrado de execução, fiscalização e acompanhamento do orçamento que permita o cumprimento do Art. 166, §1º, II da Constituição da República.

Art. 35 Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – Ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – A possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – A cedência de servidores e outras despesas para o funcionamento de órgãos ou entidades no Município;

Art. 36 As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 3.809/2013 – Plano Plurianual 2014/2017 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

a) Pessoal e encargos sociais e

b) Serviço da dívida.

§ 2º Também não serão as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão preservar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

§ 4º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no art. 8, os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2016, ficarem sem despesas correspondentes.

Art. 37 Se o projeto de lei orçamentária não for publicado até 31 de dezembro de 2015, até que este ocorra, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de despesas da Administração do Poder Executivo e Legislativo, nos limites estritamente necessários para a manutenção dos serviços essenciais e que estejam contemplados nas ações de que trata esta Lei.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida. Amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos legalmente vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º ao será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 38 A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,
Tapejara, 13 de outubro de 2015.

Seger Luiz Menegaz
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 13.10.15

Claura Barcarollo
Secretária Municipal de
Administração e Planejamento

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

2.016

ANEXOS

Município de : TAPEJARA - RS

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2016

Valores em R$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS	REALIZADO	REALIZADO	REALIZADO	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	CONSOLIDADAS ANUAIS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	43.713.229,38	47.688.458,59	53.651.702,90	57.205.000,00	61.902.032,92	66.992.110,38	72.819.708,35
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	7.163.634,71	7.884.409,49	8.389.486,00	9.600.000,00	10.472.960,01	11.515.857,43	12.863.095,54
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	1.118.744,80	1.312.487,67	1.507.310,97	1.655.000,00	1.758.975,93	1.863.739,09	1.976.304,57
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	304.565,56	338.537,92	367.331,53	400.000,00	422.090,94	449.213,17	480.342,98
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições - R P P S	814.179,24	973.949,75	1.139.979,44	1.255.000,00	1.336.884,99	1.414.525,92	1.495.961,59
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.451.993,55	(147.067,63)	1.893.065,34	2.100.000,00	2.214.870,00	2.320.297,81	2.429.583,84
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.026.993,55	(147.067,63)	1.893.065,34	2.100.000,00	2.214.870,00	2.320.297,81	2.429.583,84
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	297.253,37	373.256,43	642.327,99	700.000,00	738.290,00	773.432,60	809.861,28
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	1.729.740,18	(520.324,06)	1.250.737,35	1.400.000,00	1.476.580,00	1.546.865,21	1.619.722,56
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	425.000,00	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	99.972,34	257.952,27	423.286,74	200.000,00	211.045,47	224.606,58	240.171,49
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	32.419.505,13	36.915.292,32	40.216.180,09	43.050.000,00	46.611.045,11	50.393.789,72	54.590.038,45
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	459.378,85	1.465.384,47	1.222.373,76	600.000,00	633.136,41	673.819,75	720.514,47
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	274.764,35	1.217.216,02	939.056,29	400.000,00	422.090,94	449.213,17	480.342,98
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	184.614,50	248.168,45	283.317,47	200.000,00	211.045,47	224.606,58	240.171,49
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.747.893,53	2.283.936,43	3.409.900,62	3.170.000,00	4.289.843,35	3.436.981,45	3.605.860,65
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	409.529,24	-	286.669,05	1.000.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	169.061,68	40.485,79	31.970,38	25.000,00	26.380,68	28.075,82	30.021,44
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	222.237,16	29.463,53	6.631,56	5.000,00	5.276,14	5.615,16	6.004,29
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.946.882,20	2.164.486,83	2.963.106,91	2.000.000,00	2.110.454,70	2.246.065,85	2.401.714,89
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	183,25	49.500,28	121.522,72	140.000,00	147.731,83	157.224,61	168.120,04
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	2.057.652,96	2.461.848,57	3.212.669,29	4.000.000,00	4.260.988,00	4.508.449,14	4.768.005,06
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.487.758,86)	(6.844.796,39)	(7.749.488,95)	(8.200.000,00)	(8.652.864,27)	(9.208.869,98)	(9.847.031,05)
		-	-	-	-			
	TOTAL DA RECEITA	42.031.017,01	45.589.447,20	52.524.783,86	56.175.000,00	61.800.000,00	65.728.670,99	71.346.543,03

CÓDIGOS	CONTAS	LIQUIDADO	LIQUIDADO	LIQUIDADO	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	CONSOLIDADAS ANUAIS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	35.269.230,44	37.940.558,49	43.694.097,19	49.048.609,00	53.950.645,12	60.265.327,94	66.208.803,22
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.965.481,09	19.356.271,40	24.589.993,14	28.333.609,00	31.860.786,83	36.868.094,89	41.437.949,76
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	16.710.720,03	16.750.922,73	21.429.457,62	24.500.000,00	27.549.941,74	31.879.748,35	35.831.290,30
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	2.254.761,06	2.605.348,67	3.160.535,52	3.833.609,00	4.310.845,09	4.988.346,54	5.606.659,47
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	120.156,13	80.443,76	200.000,00	236.316,08	274.524,53	316.947,48
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	-	120.156,13	80.443,76	200.000,00	236.316,08	274.524,53	316.947,48
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.303.749,35	18.464.130,96	19.023.660,29	20.515.000,00	21.853.542,21	23.122.708,52	24.453.905,97
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	16.297.639,35	18.456.970,96	19.010.014,62	20.500.000,00	21.837.563,50	23.105.801,84	24.436.025,96
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	6.110,00	7.160,00	13.645,67	15.000,00	15.978,71	16.906,68	17.880,02
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.568.515,95	4.544.047,84	4.417.540,15	3.800.000,00	4.390.450,70	3.814.885,81	3.664.029,79
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.926.611,66	4.085.008,05	3.817.568,50	3.000.000,00	3.445.186,37	2.716.787,71	2.396.239,88
4.4.00.00.00.00.00	Invetimentos	2.926.611,66	4.085.008,05	3.817.568,50	3.000.000,00	3.054.186,37	2.716.787,71	2.396.239,88
4.4.00.00.00.00.00	Invetimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	641.904,29	459.039,79	599.971,65	800.000,00	945.264,33	1.098.098,11	1.267.789,91
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				320.000,00	500.229,52	(1.040.736,39)	(1.025.611,19)
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				3.006.391,00	2.958.674,66	2.689.193,63	2.499.321,21
	TOTAL DA DESPESA	38.837.746,39	42.484.606,33	48.111.637,34	56.175.000,00	61.800.000,00	65.728.670,99	71.346.543,03

Município de : TAPEJARA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2013	2014	2015	2016	2017	2018
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	5,91%	6,41%	9,32%	5,47%	4,76%	4,71%
VARIAÇÃODO PIB	2,30%	0,10%	-2,00%	0,05%	1,59%	2,12%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-5,85%	18,63%	3,90%	5,56%	9,36%	6,28%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	5,04%	-3,48%	0,52%	1,00%	1,00%	1,00%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	1,85%	-0,10%	7,11%	2,95%	3,32%	4,46%
CRESC.REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	5,66%	2,43%	-0,27%	2,61%	1,59%	1,31%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	2,00%	2,00%	2,00%	1,00%	1,00%	1,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	31,37%	-13,06%	-28,74%	-3,47%	-15,09%	-15,77%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	7,25%	10,95%	14,50%	12,03%	10,89%	10,26%
PIB / RS (em R$ milhões)	310.458	363.244	375.094	412.762	452.125	486.531

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.ARREC .TRIBUT.	CRESC. REC.TRANS FERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P M	X	X				
Receita de Contribuições - R P P S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - PM	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Recietas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P M	X					
Outras Receitas Correntes - R P P S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X					
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X				X	
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	x		X		
Pessoal do R P P S	X	x		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					x
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Invetimentos	X				X	
Invetimentos RPPS	X				x	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					x

Município de : TAPEJARA - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

TABELA 02 - Demonstraitvo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	2.102.148,00	2.592.025,78	3.000.000,00	**4.179.319,59**	**4.261.824,86**	**4.114.350,71**
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	6.428.023,00	5.628.921,57	4.500.000,00	5.518.981,52	5.215.967,70	5.078.316,41
(3) Dívida Consolidada Líquida	(4.325.875,00)	(3.036.895,79)	(1.500.000,00)	(1.339.661,93)	(954.142,84)	(963.965,70)
(4) Passivos Reconhecidos	-	-	-	-	-	-
(5) Dívida Fiscal Líquida	(4.325.875,00)	(3.036.895,79)	(1.500.000,00)	(1.339.661,93)	(954.142,84)	(963.965,70)
(6) Resultado Nominal	(915.207,00)	1.288.979,21	1.536.895,79	160.338,07	385.519,10	(9.822,86)

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida ***Valores em R$***

Operações de Crédito / Pagamentos	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	**-**	**286.669,05**	**1.000.000,00**	**2.000.000,00**	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**
2.2 Encargos	**120.156,13**	**80.443,76**	**200.000,00**	**236.316,08**	**274.524,53**	**316.947,48**
2.3 Amortizações	**459.039,79**	**599.971,65**	**800.000,00**	**945.264,33**	**1.098.098,11**	**1.267.789,91**
Fonte:						

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:
- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras doMunicípio, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de : TAPEJARA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	61.800.000	58.594.861	0,015%	65.728.671	59.488.143	0,015%	71.346.543	61.668.068	0,015%
Receitas Primárias (I)	57.553.473	54.568.572	0,014%	62.374.682	56.452.595	0,014%	67.880.933	58.672.583	0,014%
Despesa Total	61.800.000	58.594.861	0,015%	65.728.671	59.488.143	0,015%	71.346.543	61.668.068	0,015%
Despesas Primárias (II)	60.618.420	57.474.561	0,015%	64.356.048	58.245.843	0,014%	69.761.806	60.298.307	0,014%
Resultado Primário (I – II)	(3.064.946)	(2.905.989)	-0,001%	(1.981.366)	(1.793.248)	0,000%	(1.880.872)	(1.625.724)	0,000%
Resultado Nominal	160.338	152.022	0,000%	385.519	348.916	0,000%	(9.823)	(8.490)	0,000%
Dívida Pública Consolidada	4.179.320	3.962.567	0,001%	4.261.825	3.857.191	0,001%	4.114.351	3.556.221	0,001%
Dívida Consolidada Líquida	(1.339.662)	(1.270.183)	0,000%	(954.143)	(863.553)	0,000%	(963.966)	(833.199)	0,000%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%

Fonte:

O Demonstrartivo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio conpreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subseqüentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, 1º da LRF.
Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:
1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
3 – o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
4 – o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA
1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2012, 2013 e 2014) e os valores reestimados para o exercício atual (2015)I, além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento real das receitas oriundas de tansferências da União e do Estado, dentre outros.
2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, e crescimento real, quando cabível, das despesas com pessoal e demais custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitutionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 0,05%, 1,59% e 2,12% e das taxas de inflação (IPCA), de 5,40%, 4,76% e 4,71%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 15/08/2015.
5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 553/2014. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 15/08/2015.
8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculadas levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2015, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2016, consideradas todas as fontes de recursos é de R$ 61.800.000,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R$ 2.214.870,00), das resultantes de Operações de Crédito (R$ 2.000.000,00), das Alienações de Bens (R$ 26.380,68) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R$ 5.276,14), resultam numa Receita Primária de R$ 57.553.473,18.
9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R$ 61.800.000,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R$ 236.316,08, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R$ 0,00 e a Amortização da Dívida Publica, estimada em R$ 945.264,33, tem-se que as despesas primárias para 2016 foram previstas em R$ 60.618.429,62.
9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2016 que foi inicialmente prevista em R$ -3.064.946,44 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, na Lei Orçamentária Anual, a meta poderá ser alterada pela para mais ou para menos, conforme expressa previsão do art. 2º, 1º, da LDO.
10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.

Município de : TAPEJARA - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO PREGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	7.285.498	6.907.650	0,002%	7.694.447	6.963.907	0,002%	8.123.861	7.021.823	0,002%
Receitas Primárias RPPS (I)	5.808.918	5.507.650	0,001%	6.147.582	5.563.907	0,001%	6.504.138	5.621.823	0,001%
Despesa Total RPPS	7.285.498	6.907.650	0,002%	7.694.447	6.963.907	0,002%	8.123.861	7.021.823	0,002%
Despesas Primárias RPPS (II)	7.285.498	6.907.650	0,002%	7.694.447	6.963.907	0,002%	8.123.861	7.021.823	0,002%
Resultado Primário RPPS (I – II)	(1.476.580)	(1.400.000)	0,000%	(1.546.865)	(1.400.000)	0,000%	(1.619.723)	(1.400.000)	0,000%

Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : TAPEJARA - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)

EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	54.514.502	51.687.211	0,013%	58.034.224	52.524.236	0,013%	63.222.682	54.646.245	0,013%
Receitas Primárias (I)	51.744.555	49.060.922	0,013%	56.227.101	50.888.688	0,012%	61.376.795	53.050.760	0,013%
Despesa Total	54.514.502	51.687.211	0,013%	58.034.224	52.524.236	0,013%	63.222.682	54.646.245	0,013%
Despesas Primárias (II)	53.332.921	50.566.911	0,013%	56.661.602	51.281.936	0,013%	61.637.945	53.276.484	0,013%
Resultado Primário (I – II)	(1.588.366)	(1.505.989)	0,000%	(434.501)	(393.248)	0,000%	(261.150)	(225.724)	0,000%

Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valor acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de : TAPEJARA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	51.371.600	0,014%	52.524.784	0,014%	1.153.184	2,24%
Receita Primárias (I)	47.847.000	0,013%	50.306.448	0,014%	2.459.448	5,14%
Despesa Total	51.371.600	0,014%	48.111.637	0,013%	(3.259.963)	-6,35%
Despesa Primárias (II)	50.751.600	0,014%	47.431.222	0,013%	(3.320.378)	-6,54%
Resultado Primário (I–II)	(2.904.600)	-0,001%	2.875.226	0,001%	5.779.826	-198,99%
Resultado Nominal	(1.371.600)	0,000%	1.288.979	0,000%	2.660.579	-193,98%
Dívida Pública Consolidada	2.519.525	0,001%	2.592.026	0,001%	72.501	2,88%
Dívida Consolidada Líquida	(509.092)	0,000%	(3.036.896)	-0,001%	(2.527.804)	496,53%

FONTE:

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2014), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2014 (art. 9º, 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R$ 2.785.226,00, valor 198,99% superior à meta estabelecida, que era de R$ (2.904.600,00). O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R$ 50.306.448, superando em 5,14% a projeção para o período de R$ 47.847.000. As despesas não financeiras atingiram R$ 47.431.222, estabelecendo-se -6,54% abaixo da previsão orçamentária. Não obstante a sua retração, corresponderam a 5,72% do total das receitas primárias não comprometendo , dessa forma, a obtenção do superavit primário.

Em parte , esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento de 3,51% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2014 a performance dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, que superaram a expectativa, respectivamente, em 0,17%, 41,53% e 1,07%.

A dívida consolidada totalizou R$ 2.592.026, valor 2,88% superior ao saldo de R$ 2.519.525 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da incorporação da Operação de Crédito junto ao Badesul. Amortização da dívida que totalizou em 2014 R$ 599.971,65, valor 27,65% maior que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R$ 470.000,00.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2014, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R$ (509.092). Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro de 2014, era de R$ 2.592.026 que, comparado com o montante apurado ao final de 2013, apresenta um resultado nominal de R$ 1.288.979, que ficou acima da previsão inicial, que era de R$ (1.371.600).

Município de : TAPEJARA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

EXERCÍCIO DE 2016

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação%	2018	Variação %
Receita Total	45.888.000	51.371.600	11,95%	58.315.000	13,52%	61.800.000	5,98%	65.728.671	6,36%	71.346.543	8,55%
Receitas Primárias (I)	42.738.750	47.847.000	11,95%	53.732.200	12,30%	57.553.473	7,11%	62.374.682	8,38%	67.880.933	8,83%
Despesa Total	45.888.000	51.371.600	11,95%	58.315.000	13,52%	61.800.000	5,98%	65.728.671	6,36%	71.346.543	8,55%
Despesas Primárias (II)	45.288.000	50.751.600	12,06%	57.365.000	13,03%	60.618.420	5,67%	64.356.048	6,17%	69.761.806	8,40%
Resultado Primário (I – II)	(2.549.250)	(2.904.600)	13,94%	(3.632.800)	25,07%	(3.064.946)	-15,63%	(1.981.366)	-35,35%	(1.880.872)	-5,07%
Resultado Nominal	(1.689.491)	(1.371.600)	-18,82%	(144.634)	-89,46%	160.338	-210,86%	385.519	140,44%	(9.823)	-102,55%
Dívida Pública Consolidada	2.768.300	2.519.525	-8,99%	3.787.400	50,32%	4.179.320	10,35%	4.261.825	1,97%	4.114.351	-3,46%
Dívida Consolidada Líquida	(1.689.491)	(509.092)	-69,87%	(1.444.634)	183,77%	(1.339.662)	-7,27%	(954.143)	-28,78%	(963.966)	1,03%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %
Receita Total	53.380.323	56.159.433	5,21%	58.315.000	3,84%	58.594.861	0,48%	59.488.143	1,52%	61.668.068	3,66%
Receitas Primárias (I)	49.716.882	52.306.340	5,21%	53.732.200	2,73%	54.568.572	1,56%	56.452.595	3,45%	58.672.583	3,93%
Despesa Total	53.380.323	56.159.433	5,21%	58.315.000	3,84%	58.594.861	0,48%	59.488.143	1,52%	61.668.068	3,66%
Despesas Primárias (II)	52.682.358	55.481.649	5,31%	57.365.000	3,39%	57.474.561	0,19%	58.245.843	1,34%	60.298.307	3,52%
Resultado Primário (I – II)	(2.965.477)	(3.175.309)	7,08%	(3.632.800)	14,41%	(2.905.989)	-20,01%	(1.793.248)	-38,29%	(1.625.724)	-9,34%
Resultado Nominal	(1.965.341)	(1.499.433)	-23,71%	(144.634)	-90,35%	152.022	-205,11%	348.916	129,52%	(8.490)	-102,43%
Dívida Pública Consolidada	3.220.292	2.754.345	-14,47%	3.787.400	37,51%	3.962.567	4,62%	3.857.191	-2,66%	3.556.221	-7,80%
Dívida Consolidada Líquida	(1.965.341)	(556.539)	-71,68%	(1.444.634)	159,57%	(1.270.183)	-12,08%	(863.553)	-32,01%	(833.199)	-3,51%

Fonte:

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2016), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2013, 2014 e 2015), bem como para os dois seguintes (2017 e 2018), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : TAPEJARA - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	(28.719.079,75)	69,15%	(33.625.685,87)	117,08%	(30.108.039,92)	89,54%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(12.811.805,61)	30,85%	4.906.606,12	-17,08%	(3.517.645,95)	10,46%
TOTAL	(41.530.885,36)	100,00%	(28.719.079,75)	100,00%	(33.625.685,87)	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	31.087.079,13	91,69%	24.873.729,83	80,01%	27.819.590,21	111,84%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	2.817.554,64	8,31%	6.213.349,30	19,99%	(2.945.860,38)	-11,84%
TOTAL	33.904.633,77	100,00%	31.087.079,13	100,00%	24.873.729,83	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	2.367.999,38	-31,05%	(8.751.956,04)	-369,59%	(2.288.449,71)	26,15%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(9.994.250,97)	131,05%	11.119.955,42	469,59%	(6.463.506,33)	73,85%
TOTAL	(7.626.251,59)	100,00%	2.367.999,38	100,00%	(8.751.956,04)	100,00%

Fonte:

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 2.849/2015, está sobre a gestão do Fundo do Fundo de Previdência Social do Município - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2012 a 2014, aponta que o saldo patrimonial decresceu de R$ (8.751.956,04) em 31.12.2012 para R$ (7.626.251,59) em 31.12.2014.

.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2014 com déficit, cujo principal fator foi o lançamento de valores de avaliação atuarial do RPPS.

Município de : TAPEJARA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

EMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVO

EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2014	2013	2012
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2012			127.483,52
RECEITAS DE CAPITAL	45.733,72	57.095,32	175.346,88
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	45.733,72	57.095,32	175.346,88
Alienação de Bens Móveis	13.710,00	-	144.800,00
Alienação de Bens Imóveis	32.023,72	57.095,32	30.546,88
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	3.102,50	11.748,58	8.730,02
TOTAL	48.836,22	68.843,90	311.560,42

DESPESAS EXECUTADAS	2014	2013	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	54.486,00	331.883,53	-
Investimentos	54.486,00	331.883,53	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	54.486,00	331.883,53	-
SALDO FINANCEIRO			
	42.871,01	48.520,79	311.560,42

Fonte:

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : TAPEJARA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**2.728.534,27**	**704.078,01**	**2.674.034,26**
RECEITAS CORRENTES	**2.728.534,27**	**704.078,01**	**2.674.034,26**
Receita de Contribuições dos Segurados	814.179,24	973.949,75	1.139.979,44
Pessoal Civil	814.179,24	973.949,75	1.139.979,44
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	1.729.740,18	(520.324,06)	1.250.737,35
Receita de Serviços	-		-
Outras Receitas Correntes	184.614,85	250.452,32	283.317,47
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	184.614,85	248.168,45	283.317,47
Outras Receitas Correntes	-	2.283,87	-
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(–) DEDUÇÕES DA RECEITA	**-**	**-**	**-**
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**2.057.652,96**	**2.461.848,57**	**3.212.669,29**
RECEITAS CORRENTES	**2.057.652,96**	**2.461.848,57**	**3.212.669,29**
Receita de Contribuições	2.057.652,96	2.461.848,57	3.212.669,29
Patronal	1.095.441,14	1.332.763,35	1.657.115,55
Pessoal Civil	1.095.441,14	1.332.763,35	1.657.115,55
Pessoal Militar	-	-	-
Cobertura de Déficit Atuarial	962.211,82	1.129.085,22	1.555.553,74
Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**
(–) DEDUÇÕES DA RECEITA	**-**	**-**	**-**
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	**4.786.187,23**	**3.165.926,58**	**5.886.703,55**

DESPESAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	**2.260.871,06**	**2.605.348,67**	**3.174.181,19**
ADMINISTRAÇÃO	**6.110,00**	**7.160,00**	**13.645,67**
Despesas Correntes	6.110,00	7.160,00	13.645,67
Despesas de Capital	-	-	
PREVIDÊNCIA	**2.254.761,06**	**2.598.188,67**	**3.160.535,52**
Pessoal Civil	2.254.761,06	2.598.188,67	3.160.535,52
Pessoal Militar	-	-	
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	**-**	**-**	**-**
ADMINISTRAÇÃO	**-**	**-**	**-**
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	**2.260.871,06**	**2.605.348,67**	**3.174.181,19**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	2.525.316,17	560.577,91	2.712.522,36

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	384.950,00	2.062.300,00	1.906.700,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	9.716.312,17	10.277.050,87	12.990.223,23

Fonte:

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4 , 2 , inciso IV, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2014.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS'', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de : TAPEJARA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
Exercício de 2016

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2014	4.211.217,79	3.173.531,14	1.037.686,65	1.037.686,65
2015	4.828.447,76	3.550.633,19	1.277.814,57	2.377.762,42
2016	4.914.102,05	3.836.147,51	1.077.954,54	3.598.382,70
2017	4.964.067,06	4.002.697,53	961.369,53	4.775.655,19
2018	5.078.272,79	4.383.383,29	694.889,50	5.757.084,00
2019	5.142.513,51	4.597.519,03	544.994,48	6.647.503,52
2020	5.199.616,37	4.787.861,91	411.754,46	7.458.108,20
2021	5.256.719,24	4.978.204,79	278.514,45	8.184.109,13
2022	5.349.511,39	5.287.511,97	61.999,42	8.737.155,10
2023	5.463.717,12	5.668.197,73	- 204.480,61	9.056.903,80
2024	5.577.922,85	6.048.883,49	- 470.960,64	9.129.357,38
2025	5.642.163,57	6.263.019,23	- 620.855,66	9.056.263,16
2026	5.706.404,29	6.477.154,97	- 770.750,68	8.828.888,27
2027	5.749.231,44	6.619.912,13	- 870.680,69	8.487.940,88
2028	5.856.299,31	6.976.805,03	- 1.120.505,72	7.876.711,61
2029	5.941.953,60	7.262.319,35	- 1.320.365,75	7.028.948,56
2030	6.013.332,18	7.500.247,95	- 1.486.915,77	5.963.769,71
2031	6.184.640,78	8.071.276,59	- 1.886.635,81	4.434.960,08
2032	6.270.295,07	8.356.790,91	- 2.086.495,84	2.614.561,85
2033	5.781.931,34	6.728.911,80	- 946.980,46	1.824.455,10
2034	5.867.585,64	7.014.426,12	- 1.146.840,48	787.081,92
2035	5.867.585,64	7.014.426,12	- 1.146.840,48	- 312.533,65
2036	5.974.653,51	7.371.319,02	- 1.396.665,51	- 1.727.951,18
2037	6.053.169,94	7.633.040,48	- 1.579.870,54	- 3.411.498,79
2038	6.031.756,37	7.561.661,90	- 1.529.905,53	- 5.146.094,25
2039	6.046.032,09	7.609.247,62	- 1.563.215,53	- 7.018.075,44
2040	6.095.997,09	7.775.797,64	- 1.679.800,55	- 9.118.960,51
2041	6.153.099,96	7.966.140,52	- 1.813.040,56	- 11.479.138,71
2042	6.131.686,38	7.894.761,94	- 1.763.075,56	- 13.930.962,59
2043	6.110.272,81	7.823.383,36	- 1.713.110,55	- 16.479.930,90
2044	6.117.410,67	7.378.613,97	- 1.261.203,30	- 18.729.930,05
2045	6.074.583,52	7.235.856,81	- 1.161.273,29	- 21.014.999,15
2046	6.053.169,94	7.164.478,23	- 1.111.308,29	- 23.387.207,38
2047	6.067.445,66	7.212.063,95	- 1.144.618,29	- 25.935.058,12
2048	5.996.067,08	6.974.135,35	- 978.068,27	- 28.469.229,88
2049	5.960.377,79	6.855.171,05	- 894.793,26	- 31.072.176,93
2050	5.910.412,78	6.688.621,03	- 778.208,25	- 33.714.715,79
2051	5.810.482,77	6.355.520,99	- 545.038,22	- 36.282.636,96
2052	5.810.482,77	6.355.520,99	- 545.038,22	- 39.004.633,39
2053	5.774.793,48	6.236.556,69	- 461.763,21	- 41.806.674,60
2054	5.803.344,91	6.331.728,13	- 528.383,22	- 44.843.458,30
2055	5.796.207,06	6.307.935,27	- 511.728,21	- 48.045.794,01
2056	5.660.587,75	5.855.870,93	- 195.283,18	- 51.123.824,82
2057	5.589.209,17	5.617.942,33	- 28.733,16	- 54.219.987,47
2058	5.589.209,17	5.617.942,33	- 28.733,16	- 57.501.919,87
2059	5.624.898,46	5.736.906,63	- 112.008,17	- 61.064.043,23
2060	5.632.036,32	5.760.699,49	- 128.663,17	- 64.856.549,00
2061	5.582.071,32	5.594.149,47	- 12.078,15	- 68.760.020,09
2062	5.574.933,46	5.570.356,61	4.576,85	- 72.881.044,45
2063	5.524.968,45	5.403.806,59	121.161,86	- 77.132.745,25
2064	5.510.692,74	5.356.220,87	154.471,87	- 81.606.238,10
2065	5.574.933,46	5.570.356,61	4.576,85	- 86.498.035,54
2066	5.603.484,89	5.665.528,05	- 62.043,16	- 91.749.960,83
2067	5.717.690,62	6.046.213,81	- 328.523,19	- 97.583.481,68
2068	5.767.655,62	6.212.763,83	- 445.108,21	- 103.883.598,78
2069	5.803.344,91	6.331.728,13	- 528.383,22	- 110.644.997,93
2070	5.867.585,64	6.545.863,87	- 678.278,23	- 117.961.976,04
2071	5.867.585,64	6.545.863,87	- 678.278,23	- 125.717.972,83
2072	5.974.653,51	6.902.756,77	- 928.103,26	- 134.189.154,47
2073	6.053.169,94	7.164.478,23	- 1.111.308,29	- 143.351.812,02
2074	6.031.756,37	7.093.099,65	- 1.061.343,28	- 153.014.264,02
2075	6.046.032,09	7.140.685,37	- 1.094.653,28	- 163.289.773,15
2076	6.095.997,09	7.307.235,39	- 1.211.238,30	- 174.298.397,83
2077	6.110.272,81	7.354.821,11	- 1.244.548,30	- 186.000.850,01
2078	6.124.548,52	7.402.406,83	- 1.277.858,31	- 198.438.759,31
2079	6.103.134,95	7.331.028,25	- 1.227.893,30	- 211.572.978,17
2080	6.110.272,81	7.354.821,11	- 1.244.548,30	- 225.511.905,17
2081	6.067.445,66	7.212.063,95	- 1.144.618,29	- 240.187.237,70
2082	6.046.032,09	7.140.685,37	- 1.094.653,28	- 255.693.125,32
2083	6.060.307,80	7.188.271,09	- 1.127.963,29	- 272.162.676,12
2084	5.988.929,22	6.950.342,49	- 961.413,27	- 289.453.849,96
2085	5.953.239,93	6.831.378,19	- 878.138,26	- 307.699.219,22
2086	5.903.274,93	6.664.828,17	- 761.553,24	- 326.922.725,61
2087	5.803.344,91	6.331.728,13	- 528.383,22	- 347.066.472,37
2088	5.803.344,91	6.331.728,13	- 528.383,22	- 368.418.843,92
2089	5.767.655,62	6.212.763,83	- 445.108,21	- 390.969.082,77

Fonte: Nota Técnica Atuarial elaborada por Auditec - Auditoria Técnica Atuarial Data: 31/12/2014

Município de : TAPEJARA - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
IPTU	DESCONTO	Desconto concedido ao contribuinte	1.346.060,00	1.410.132,46	1.476.549,69	De acordo com o art. 14, da LC 101 a renúncia foi considerada na estimativa da receita
IPTU	ISENÇÃO	Isenção com base no Código Tributário Lei n° 3441/2010	480.000,00	502.848,00	526.532,14	
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	DESCONTO	Desconto concedido ao contribuinte	120.000,00	125.712,00	131.633,04	De acordo com o art. 14, da LC 101 a renúncia foi considerada na estimativa da receita
TAXA DE EXPEDIENTE	DESCONTO	Desconto concedido ao contribuinte	45.000,00	47.142,00	49.362,39	De acordo com o art. 14, da LC 101 a renúncia foi considerada na estimativa da receita
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	DESCONTO	Desconto concedido nos termos da Lei 1623/91	10.000,00	10.476,00	10.969,42	De acordo com o art. 14, da LC 101 a renúncia foi considerada na estimativa da receita
ISS	ISENÇÃO	Isenção de ISS sobre serviços prestados nos termos da Lei 3204/09	15.000,00	15.714,00	16.454,13	De acordo com o art. 14, da LC 101 a renúncia foi considerada na estimativa da receita
LICENÇA DE CONSTRUÇÃO	ISENÇÃO	Isenção de ISS sobre serviços prestados nos termos da Lei 3204/09	5.000,00	5.238,00	5.484,71	De acordo com o art. 14, da LC 101 a renúncia foi considerada na estimativa da receita
TOTAL			2.021.060,00	2.117.262,46	2.216.985,52	-

Fonte:
Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2016 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal
2 - Os valores da renúncia projetados para 2017 e 2018, foram calculados a partir dos valores de 2016, apli cando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:
Inflação para 2017: 4,76%
Inflação para 2018: 4,71%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : TAPEJARA - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	**1.473.452,28**
Decorrente de Receitas Tributárias	329.799,95
Decorrente de Transferências Correntes	1.143.652,33
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(4.100,00)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	**1.469.352,28**
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	**1.469.352,28**
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	**2.079.929,01**
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	1.874.779,01
Relativas a Outras Despesas Correntes	205.150,00
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	**SEM MARGEM**

Fonte:

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2016 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas trbutárias e de transferências correntes, no biênio 2015-2016.

Na mesma linha, o aumento permandente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2016, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2015-2016 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 22 da LDO.

Município de : TAPEJARA - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

EXERCÍCIO DE 2016

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Demandas Judiciais	100.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	100.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-		
Avais e Garantias Concedidas	-		
Assunção de Passivos	-		
Assistências Diversas	-		
Outros Passivos Contingentes	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	50.000,00
SUBTOTAL	**150.000,00**	**SUBTOTAL**	**150.000,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Frustração de Arrecadação	230.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	230.000,00
Restituição de Tributos a Maior	20.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	20.000,00
Discrepância de Projeções:	50.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	50.000,00
Outros Riscos Fiscais	50.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	50.000,00
SUBTOTAL	350.000,00	SUBTOTAL	350.000,00
TOTAL	**500.000,00**	**TOTAL**	**500.000,00**

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situaçãoes acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, 3º da LRF.

MUNICÍPIO DE: TAPEJARA - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016
ANEXO IV
RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
(Art. 45 da LRF)

			EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS P/2016		
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	**INÍCIO DA EXECUÇÃO**	**VALOR DO PROJETO**	**ATÉ EXERC ANTERIOR - 2014**	**NO EXERCÍCIO DE 2015**	**A EXECUTAR EM 2016**	**PROJETOS EM EXECUÇÃO**	**CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO**	**NOVOS PROJETOS**
P - 1058 - Execução obra da Perimetral, contorno de Tapejara no trecho da ERS-467 e ERS-463.	Março /11	4.629.303,31	15,74%	38,88%	30%	1500.000,00	-	
P - 1067 - Construção/Ampliação do Centro Administrativo	Junho/14.	2.880.908,24	20%	60%	20%	580.000,00	-	-
P - 1001 - Aquisição de Equipamento para Câmara Municipal					100%		-	40.000,00
P - 1147 - Construção do novo Prédio doPoder Legislativo Municipal					50%		-	500.000,00
P - 1018 - Construção/Ampliação de Prédios, Quadras e Ginásios Escolares					100%			90.000,00
P - 1017 - Aquisição de Equipamentos e Veículos de Ensino					100%			110.000,00
P - 1158 - Construção de Infraestrutura Esportiva e Uadras Poliesportivas nas Escolas Municipais					100%			30.000,00
P - 1020 - Construção e Ampliação de Escola de Educação Infantil					100%			100.000,00
P - 1021 - Aquisição Veículo Transporte Escolar					100%			180.000,00
P - 1029 - Construção/Ampliação de Ginásio de Esportes					100%			20.000,00
P - 1105 - Construção e Ampliação da Pista de Arrancadas					100%			10.000,00
P - 1031 - Construção de Unidades Habitacionais					100%			100.000,00
P - 1037 - Implantação de Agroindústrias, Incentivo a Instalação e Ampliação de Indústrias					50%			30.000,00
P - 1120 - Implantação de Pavimentação no Distrito Industrial								20.000,00
P - 1148 - Implantação e Ampliação de Rede de Energia Elétrica nos Distritosde Pavimentação no Distrito Industrial								30.000,00
P - 1057 - Conservação e Remodelação de Praças Municipais					100%			10.000,00
P - 1058 - Abertura, Pavimentação, Ampliação e Conservação de Vias Públicas					100%			1900.000,00
P - 1062 - Instalação de Câmeras de Vigilância					50%			100.000,00
P - 1141 - Implantação de Semáforos/Sinaleiras					100%			20.000,00
P - 1149 - Aquisição de Equipamentos e Instalação de Acesso s Internet nas Comunidades Rurais					50%			50.000,00
A - 2106 - Manutenção e Conservação de Veículos e Máquinas							733.000,00	-
A - 2064 - Manutenção do Parque de Eventos							30.000,00	-
A - 2061 - Manutenção de Parques e Ginásios							70.000,00	-
A - 2053 -Manutenção e Reforma do Centro Cultural							108.000,00	-
A - 2054 - Manutenção do Parque A E Dameto							80.000,00	-
A - 2038 - Manutenção e Conservação de Prédios Escolares							300.000,00	-
A - 2032 - Manutenção e conservação das Unidades de Abastecimento no meio rural							20.000,00	-
Total dos Recursos a Priorizar						2.080.000,00	1341000,00	3.340.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão 01 – Poder Legislativo Municipal

Unidade: 001 - Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Subfunção: 031 – Ação Legislativa

Diagnóstico: O Poder Legislativo deve investir na qualificação dos vereadores e servidores da Câmara, em razão da complexidade de fiscalizar e legislar. Permanece a dificuldade de acesso pela população ao prédio do Legislativo Municipal.

Programa de governo: 0001 – PROCESSO LEGISLATIVO

Descrição dos objetivos do programa: Permitir que o Poder Legislativo cumpra suas atribuições constitucionais, para apreciar as proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo, bem como representar politicamente a sociedade.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido no decorrer do plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.001	Administração e Elaboração Legislativa	Ações Mantidas, reformulação do Código de Postura e Plano Diretor	UN		2016	1	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
2.002	Manutenção da Publicidade Legislativa	Publicidade Mantida e Transmissão das Sessões	UN		2016	1	80.000,00	0,00	80.000,00
2.003	Conservação e Reforma do Prédio do Poder Legislativo	Prédio Conservado/Reformado	UN		2016	1	25.000,00	0,00	25.000,00
2.004	Realização de Eventos Oficiais do Legislativo	Eventos Realizados	UN	11.000,00	2016	5	55.000,00	0,00	55.000,00
1.001	Aquisição de Equipamentos para a Câmara Municipal	Equipamentos Adquiridos	UN	8.000,00	2016	5	40.000,00	0,00	40.000,00
2.005	Manutenção do Projeto Vereador Mirim	Ações Mantidas	UN	3.636,36	2016	11	40.000,00	0,00	40.000,00
2.166	Manutenção do Veículo da Câmara Municipal	Ações Mantidas	UN		2016	1	40.000,00	0,00	40.000,00
1.147	Construção do novo Prédio do Poder Legislativo Municipal	Prédio Construido - Edificação Pública	UN		2016	1	100.000,00	0,00	100.000,00
						Total da ação para o exercício	1.780.000,00	0,00	1.780.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Diagnóstico: Ser um gestor municipal com os recursos limitados, em razão da concentração dos mesmos na União e no Estado. As necessidades da população crescem a cada dia, nas mais variadas áreas, sendo problema do Prefeito, dar respostas a estas reivindicações.

Programa de governo: 0002 – GOVERNAR É DECIDIR

Descrição dos objetivos do programa: Promover o apoio à ação governamental, articulando ações de governo, com o objetivo de atender ao interesse público.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em Elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido no decorrer do plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.006	Formulação e Coordenação da Política de Governo	Gabinete do Prefeito Mantido	UN		2016	1	750.000,00	0,00	750.000,00
2.007	Manutenção dos Serviços de Assessoria Jurídica	Serviço Mantido	UN		2016	1	200.000,00	0,00	200.000,00
2.008	Manutenção dos Serviços da Junta do Serviço Militar	Serviço Mantido	UN		2016	1	65.000,00	0,00	65.000,00
2.009	Manutenção da Assessoria de Imprensa	Serviço Mantido	UN		2016	1	90.000,00	0,00	90.000,00
2.010	Realização de Eventos, Recepções e Homenagens	Eventos Realizados	UN		2016		28.000,00	0,00	28.000,00
1.004	Aquisição de Equipamentos	Equipamentos Adquiridos	UN	500,00	2016	10	5.000,00	0,00	5.000,00
2.165	Manutenção e Conservação de Veículo e Equipamentos	Veículo e Equipamentos Conservados	UN		2016	1	37.000,00	0,00	37.000,00
1.146	Parcerias Voluntárias, Adequação a Lei 13.019	Entidades Beneficiadas	UN	6.000,00	2016	10	60.000,00	0,00	60.000,00
						Total da ação para o exercício	1.235.000,00	0,00	1.235.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Diagnóstico: Atendimento ao Município, com os serviços oferecidos pelo CIRENOR.

Programa de governo: 0015 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO

Descrição dos objetivos do programa: Realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implementação de suas múltiplas políticas públicas.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em Elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 90%

Indicador (índice) pretendido no decorrer do plano: 90%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de		
				Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.171	Manutenção do Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste - CIRENOR	Planos Aderidos	Serv.	2016	1	40.000,00	0,00	40.000,00
					Total da ação para o exercício	40.000,00	0,00	40.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

Diagnóstico: Ser um gestor municipal com os recursos limitados, em razão da concentração dos mesmos na União e no Estado. As necessidades da população crescem a cada dia, nas mais variadas áreas, sendo problema do Prefeito, dar respostas a estas reivindicações.

Programa de governo: 0144 - CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER - CASA ROSA

Descrição dos objetivos do programa: Deenvolver ações que visem atender Mulheres que necessitem de amparo legal, social, jurídico e encaminhamentos diversos, objetivando sua proteção e amparo.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em Elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido no decorrer do plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.159	Manutenção Centro Referência da Mulher - Casa Rosa	Centro Mantido	UN		2016	1	150.000,00	0,00	150.000,00
						Total da ação para o exercício	150.000,00	0,00	150.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 002 - Controle Interno

Função: 04 – Administração

Subfunção: 124 - Controle Interno

Diagnóstico: Existe a necessidade de manter e reestruturar o controle interno, com a qualificação necessária para exercer tal atividade.

Programa de governo: 0003 - GESTÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Descrição dos objetivos do programa: Atuar prévia, concomitante e posteriormente aos atos administrativos, visando a avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores municipais, nos termos preconizados na Constituição Federal.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido no decorrer do plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.011	Manutenção do Controle Interno	Inspeções Realizadas	UN		2016	1	78.000,00	0,00	78.000,00
						Total da ação para o exercício	78.000,00	0,00	78.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 03 – Secretaria de Administração e Planejamento

Unidade: 001 - Administração e Planejamento

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Diagnóstico: Um dos maiores problemas enfrentados pela administração municipal é a falta de espaço físico, principalmente almoxarifado, inexistente até o momento. Os equipamentos de processamento de dados também precisam ser substituídos. A estrutura de cargos e salários existente também gera dificuldades em razão da legislação esparsa e da falta de servidores para execução das atividades. O Plano Diretor também está desatualizado, incompatível com o porte do município.

Programa de governo: 0004 - GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Descrição dos objetivos do programa: Oferecer condições para que as atividades administrativas sejam desenvolvidas de maneira adequada, observando a legislação, com a infra-estrutura necessário a fim de obter eficiência e eficácia nas ações administrativas.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em Elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.012	Manutenção dos Serviços de Administração e Planejamento Municipal	Atividade Mantida	UN		2016	1	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00
1.006	Aquisição de Equipamentos e Veículos para Centro Adiminstrativo	Equipamentos e Veículos Adquiridos	UN	10.000,00	2016	20	200.000,00	0,00	200.000,00
2.013	Manutenção do Balcão de Serviços ao INSS	Serviço ao INSS mantido	UN		2016	1	90.000,00	0,00	90.000,00
2.014	Divulgação Oficial	Publicação Veiculada	UN		2016	1	130.000,00	0,00	130.000,00
2.015	Conservação de Próprios Municipais	Prédio Conservado	UN		2016	1	20.000,00	0,00	20.000,00
1.067	Construção/Ampliação do Centro Administrativo	Centro Administrativo Ampliado	UN		2016	1	100.000,00	0,00	100.000,00
1.007	Elaboração do Plano Diretor e Recadastramento Imobiliário	Serviço Executado	UN		2016	1	20.000,00	0,00	20.000,00
						Total da ação para o exercício	2.860.000,00	0,00	2.860.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 03 – Secretaria de Administração e Planejamento

Unidade: 001 - Administração e Planejamento

Função: 24 – Comunicações

Subfunção: 722 – Telecomunicações

Diagnóstico: Destinar recursos apara adquirir e instalar equipamentos, visando levar às Comunidades do interior do Município, sistema de Comunicação Social, através da rede mundial de computadores Internet.

Programa de governo: 0142 - INTERNET NAS COMUNIDADES RURAIS

Descrição dos objetivos do programa: Oferecer ao moradores das Comunidades do interior do Município de Tapejara, condições de acesso a rede mundial de computadores - Internet, adquirindo equipamentos compatíveis e instalando os mesmos, dando em uso/comodato à Comunidade, que fará a manutenção e a conservação dos aparelhos.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em Elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.149	Aquisição de Equipamentos e Instalação de Acesso a Internet nas Comunidades Rurais	Equipamentos adquiridos/Instalados	UN	12.500,00	2016	4	50.000,00	0,00	50.000,00
						Total da ação para o exercício	50.000,00	0,00	50.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 03 - Secretaria de Administração e Planejamento

Unidade: 002 - FPSSM

Função: 09 – Previdência Social

Subfunção: - 272 – Previdência do Regime Estatutário

Diagnóstico:

Programa de governo: 0005 – PREVIDÊNCIA SOCIAL DO REGIME ESTATUTÁRIO

Descrição dos objetivos do programa: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores do Município e seus pensionistas.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual:Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.016	Pagamento de Inativos e Pensionistas	Pessoas Beneficiadas	UN		2016	1	3.350.000,00	0,00	3.350.000,00
2.017	Manutenção do Fundo Próprio de Previdência	Fundo Mantido	UN		2016	1	95.000,00	0,00	95.000,00
2.018	Pagamento de Benefícios Previdenciários	Pessoas Beneficiadas	UN		2016	1	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00
						Total da ação para o exercício	4.595.000,00	0,00	4.595.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 04 – Secretaria Municipal da Fazenda

Unidade: 001 - Secretaria da Fazenda

Função: 04 – Administração

Subfunção: 123 – Administração Financeira

Diagnóstico: O principal problema constatado é a baixa arrecadação de receitas próprias. Observa-se a falta de qualificação profissional dos servidores da Secretaria da Fazenda.

Programa de governo: 0006 – GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS

Descrição dos objetivos do programa: Aumentar a arrecadação da receita própria, promover a reforma tributária municipal e treinar os servidores municipais para desenvolverem suas atividades com eficiência.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em Elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.019	Manutenção das Atividades Fazendárias	Atividade Mantida	UN		2016	1	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
1.008	Aquisição de Equipamento e Veículo para a Secretaria da Fazenda	Equipamentos Adquiridos	UN	625,00	2016	16	10.000,00	0,00	10.000,00
1.009	Incentivo ao Aumento de Arrecadação	Campanhas Realizadas	UN	11.250,00	2016	4	45.000,00	0,00	45.000,00
						Total da ação para o exercício	1.155.000,00	0,00	1.155.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 - Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 608 – Promoção da Produção Agropecuária

Diagnóstico: Existem áreas na cidade e no interior que necessitam de reflorestamento e devem ser recuperadas.

Programa de governo: 0101 – REFLORESTAR PARA PRESERVAR E MELHORAR A RENDA

Descrição dos objetivos do programa: Recuperar as áreas degradadas e áreas de preservação.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: áreas reflorestadas em Ha

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.010	Incentivo ao Reflorestamento	Mudas Distribuídas	UN	-	2016	500.000	0,00	0,00	0,00
2.020	Manutenção do Viveiro e Aquisição de Mudas	Mudas Produzidas/Adquiridas	UN	0,25	2016	40.000	10.000,00	0,00	10.000,00
						Total da ação para o exercício	10.000,00	0,00	10.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 - Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 122 – Administração Geral

Diagnóstico: A Secretaria de Agricultura é responsável pelo planejamento e coordenação das atividades inerentes a área da agricultura.

Programa de governo: 0007 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA AGRICULTURA

Descrição dos objetivos do programa: Promover o apoio à agricultura municipal.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ -		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.021	Manutenção da Secretaria de Agricultura	Secretaria Mantida	UN		2016	1	560.000,00	0,00	560.000,00
1.011	Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Agricultura	Equipamentos Adquiridos	UN	500,00	2016	10	5.000,00	0,00	5.000,00
						Total da ação para o exercício	565.000,00	0,00	565.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 - Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 608 – Promoção da Produção Agropecuária

Diagnóstico: O problema existente é a baixa renda dos produtores que possuem pequenas propriedades; muitos não possuem equipamentos para fazer o plantio, limpeza de lavouras e terraplenagens para aviários.

Programa de governo: 0103 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA

Descrição dos objetivos do programa: Aumentar a renda dos agricultores, mantê-los no campo e qualificá-los em suas atividades.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Percentual de unidades familiares atendidas

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 80%

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 90%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.023	Manutenção da Patrulha e Serviços Agrícolas	Unidade Familiares Atendidas	UN	49.060,00	2016	5	245.300,00	0,00	245.300,00
2.024	Auxílio para Plantio e Adequação de Lavouras	Unidade Familiares/Ano	UN	571,43	2016	350	200.000,00	0,00	200.000,00
2.025	Troca-troca de Sementes	Unidade Familiares/Ano	UN	200,00	2016	50	10.000,00	0,00	10.000,00
2.026	Correção do Solo	Unidade Familiares/Ano	UN	100,00	2016	100	10.000,00	0,00	10.000,00
2.027	Convênio com Entidades	Convênio mantido	UN		2016	1	90.000,00	0,00	90.000,00
1.053	Construção de Cisternas e Micro Açudes	Cisternas e Micro Açudes Construídos	UN		2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
2.029	Incentivo a produção e comercialização de hortigranjeiros	Unidade Familiares/Ano	UN	666,67	2016	15	10.000,00	0,00	10.000,00
1.012	Aquisição de Equipamento para a Patrulha Agrícola	Trator e Plantadeira	UN	5.000,00	2016	2	10.000,00	0,00	10.000,00
1.071	Aquisição de Equipamentos e Veículo	Equipamentos e Veículo Adquiridos	UN	344,83	2016	29	10.000,00	0,00	10.000,00
1.084	Incentivo a Eletrificação Rural	Propriedades Beneficiadas	UN		2016	1	5.000,00	0,00	5.000,00
2.119	Conservação de Estradas e Pontes	Conservação, alargamento, cascalhamento, dinamitar rochas. Conservação e reforma de pontes, pontilhões, boeiros estradas rurais.	Serviços	1.000,00	2016	10	10.000,00	0,00	10.000,00
1.106	Construção de Estradas e Pontes	Construção de estradas, vias rurais, pontes, pontilhões, boeiros e demais acessos.	UN	2.000,00	2016	5	10.000,00	0,00	10.000,00
						Total da ação para o exercício	620.300,00	0,00	620.300,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 - Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 691 - Promoção Comercial

Diagnóstico: A necessidade de divulgar os produtos do Município.

Programa de governo: 0130 - PROMOÇÃO DE EXPOSIÇÕES E FEIRAS

Descrição dos objetivos do programa: Promover a realização de feiras no Município, para que os produtores, bem como as agroindústrias possuam divulgar e comercializar seus produtos.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo ( ) Temporário (x)

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.013	Realização de Feira Agrícola, Industrial e Comercial	Feira Realizada	UN		2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
						Total da ação para o exercício	10.000,00	0,00	10.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 002 - Departamento Municipal de Meio Ambiente

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Prevenção e Conservação Ambiental

Diagnóstico: Constata-se um aumento da degradação ambiental.

Programa de governo: 0104 – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Descrição dos objetivos do programa: O Município como fiscal e licenciador deve promover a proteção ambiental.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Percentual de fiscalizações executadas (fiscalização/universo sujeito a fiscalização)x100

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 90%

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 90%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.030	Manutenção das Atividades de Preservação Ambiental	Licenças/Fiscalizações	UN		2016	1	300.000,00	0,00	300.000,00
1.014	Aquisição de Equipamentos e Veículos para o Departamento de Meio Ambiente	Equipamentos Adquiridos	UN	2.000,00	2016	5	10.000,00	0,00	10.000,00
2.172	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos-Preservação e Recuperação de Fontes e Nascentes	Implementação de Múltiplas Políticas	UN	3.000,00	2016	10	30.000,00	0,00	30.000,00
						Total da ação para o exercício	340.000,00	0,00	340.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 - Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

Diagnóstico: A necessidade de manutenção do Sistema de Inspeção Municipal nos frigoríficos, abatedouros e agroindústrias

Programa de governo: 0105 – SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Descrição dos objetivos do programa: Manter o Sistema de Inspeção Municipal em funcionamento.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Percentual de Estabelecimentos Fiscalizados

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 100%

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 100%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.145	Aquisição de Equipamentos e Veículos	Equipamentos e Veículo para Inspeção	UN	1.000,00	2016	5	5.000,00	0,00	5.000,00
2.031	Manutenção do Sistema de Inspeção Municipal	Estabelecimentos Fiscalizados	UN	15.200,00	2016	10	152.000,00	0,00	152.000,00
						Total da ação para o exercício	157.000,00	0,00	157.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 002 - Departamento Municipal de Meio Ambiente

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 609 - Defesa Agropecuária

Diagnóstico: Vigiar os Animais domésticos e de rua, objetivando dar boa saúde, higiene e segurança no contato com Pessoas e Controle Animal.

Programa de governo: 0143 - PROGRAMA DA VIGILÂNCIA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DE RUA

Descrição dos objetivos do programa: Manter em plena vigilânica e controle, os animais domésticos e de rua, dando infra- estrutura ao departemanto para exercer suas funções para controlar as ocorrências quando dectadas na falta de cuidado, higiene, alimentação e saúde, bem como promover as castrações de acordo com Programas estabelecidos pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em Elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 80% no primeiro ano, 90% no sefundo ano e 100% no último ano.

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 100%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ -		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.169	Manutenção da Vigilância de Animais Domésticos e de Rua - Castração	Animais Atendidos	UN	800,00	2016	50	40.000,00	0,00	40.000,00
2.175	Manutenção do Programa de Controle de Epidemia Animal.	Carcaça de Animais Recolhidos	UN	500,00	2016	100	50.000,00	0,00	50.000,00
						Total da ação para o exercício	90.000,00	0,00	90.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 003 - Saneamento

Função: 17 – Saneamento

Subfunção: 511 - Saneamento Básico Rural

Diagnóstico: Esta ocorrendo uma diminuição dos recursos naturais, principalmente água, bem como um aumento da contaminação.

Programa de governo: 0106 – ABASTECER COM ÁGUA POTÁVEL O MEIO RURAL

Descrição dos objetivos do programa: Perfurar, Instalar Bombas, Caixas d'Agua e Redes de Abastecimento.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.015	Perfuração de Poços e Construção de Unidades de Abastecimento	Poços Artesianos Perfurados/Redes Construídas	UN	6.666,67	2016	3	20.000,00	0,00	20.000,00
2.032	Manutenção e Conservação das Unidades de Abastecimento no Meio Rural	Unidades mantidas	UN	408,16	2016	49	20.000,00	0,00	20.000,00
						Total da ação para o exercício	40.000,00	0,00	40.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 003 - Saneamento

Função: 17 – Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Diagnóstico: O tratamento de esgoto que será implantado, tem por objetivo tratar adequada e técnicamente os esgotos que são recolhidos pela Prefeitura, atráves dos

Programa de governo: 0141 - SANEAMENTO E TRATAMENTO DE ESGOTOS

Descrição dos objetivos do programa: Manter em plenas funções e funcionamento o Saneamento Básico e a coleta de Esgotos no Município

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 50% nos dois primeiros anos e 50% nos dois ultimos anos, do quadrimestre

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 100%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ -		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.144	Ampliação do Saneamento Básico	Saneamento Básico Ampliado	UN		2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
2.134	Manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto	Estação Mantida	UN		2016	1	200.000,00	0,00	200.000,00
						Total da ação para o exercício	210.000,00	0,00	210.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 - Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

Diagnóstico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais de Leite, objetivando a melhoria na qualidade de vida da População.

Programa de governo: 0132 – PRODUÇÃO LEITEIRA

Descrição dos objetivos do programa: Auxililiar os Agropecuaristas no aumento da Produção de Leite no Município, repassando Sementes de Pastagens e Insumos agrícolas.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo ( ) Temporário (x)

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ -		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.164	Programa Mais Leite, Sementes e Fertilizantes	Programas Realizados	UN	300,00	2016	100	30.000,00	0,00	30.000,00
						Total da ação para o exercício	30.000,00	0,00	30.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 05 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 - Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 661– Promoção Indústrial

Diagnóstico: Existe a necessidade de ampliar a agroindústria existente no Município para melhorar a renda dos agricultores do Município.

Programa de governo: 0134 – APOIO A AGROINDÚSTRIA

Descrição dos objetivos do programa: Aumentar a renda dos agricultores, mantê-los no campo e qualificá-los em suas atividades.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo ( ) Temporário (x)

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ -		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.118	Aquisição de Equipamentos para Agroindústria	Equipamentos	UN	250,00	2016	20	5.000,00	0,00	5.000,00
						Total da ação para o exercício	5.000,00	0,00	5.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 001 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Função: 12 – Educação

Subfunção: 122 - Administração Geral

Diagnóstico: Manter a qualificação do pessoal encarregado da administração e coordenação da educação no município.

Programa de governo: 0009 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO

Descrição dos objetivos do programa: .

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.033	Manutenção da Secretaria de Educação	Secretaria Mantida	UN		2016	1	900.000,00	0,00	900.000,00
1.016	Equipamentos e Veículos para a SMEDEC	Equipamentos Adquiridos	UN	500,00	2016	20	10.000,00	0,00	10.000,00
2.034	Manutenção do Conselho Municipal de Educação	Conselho Mantido	UN		2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
						Total da ação para o exercício	920.000,00	0,00	920.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 001 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Função: 12 – Educação

Subfunção: 367 - Educação Especial

Diagnóstico: Atender os alunos matriculados na Educação Especial - APAE, em convênio com o Município, disponibilizando serviços e recursos para o atendimento Educacional.

Programa de governo: 0145 - EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA - ACESSO À IGUALDADE

Descrição dos objetivos do programa: Promover condições e acesso ao ensino-aprendizagem necessários afim de possibilitar às Pessoas com Deficiência, viverem de forma independente e participarem planamente de todas os aspectos da vida; concebendo a Escola como um espaço que reconhece e valoriza as diferenças.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 100 alunos

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 100 alunos

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ -		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.035	Auxilio e Cedência de Servidores para a APAE	Convênio Mantido	UN		2016	1	250.000,00	0,00	250.000,00
						Total da ação para o exercício	250.000,00	0,00	250.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 001 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 002 - Outras Atividades com Educação | 003 - FUNDEB

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Diagnóstico: O Município atende em suas escolas alunos em idade de Ensino Fundamental, bem como deve proporcionar aos professores cursos de formação continuada.

Programa de governo: 0107 – INVESTIR EM EDUCAÇÃO HÁ PROGRESSO

Descrição dos objetivos do programa: Priorizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental; garantir o acesso, a permanecia e o sucesso do ensino na escola; promover um ensino de qualidade; assegurar a todos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios necessários para a continuação dos estudos.

Indicador estabelecido no PPA	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Desejado
Taxa de Repetência no ensino fundamental	%	10	5
Taxa de evasão escolar	%	0	0
Percentual de Alunos do Ensino Fundamental atendidos exclusivamente pelo Município (total de alunos matriculados no ensino fundamental/alunos matriculados nas escolas municipais)	%	33	50

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.036	Manutenção do Ensino Fundamental	Alunos Atendidos	UN	4.223,33	2016	1.500	6.185.000,00	150.000,00	6.335.000,00
1.017	Aquisição de Equipamentos e Veículos de Ensino	Equipamentos Adquiridos	UN	5.500,00	2016	20	60.000,00	50.000,00	110.000,00
2.037	Qualificação de Professores e Servidores	Professores e Servidores Capacitados	UN	133,33	2016	150	20.000,00	0,00	20.000,00
2.038	Manutenção e Conservação de Prédios, Quadras e Ginásios Escolares	Prédios Conservados	UN	42.857,14	2016	7	200.000,00	100.000,00	300.000,00
2.039	Manutenção da Merenda Escolar	Alunos Beneficiados	UN	129,87	2016	1.155	60.000,00	90.000,00	150.000,00
1.018	Construção/Ampliação de Prédios e Ginásios Escolares	Prédio Construído	UN		2016	1	90.000,00	0,00	90.000,00
2.135	Programa AABB Comunidade	Ações Educacionais em Turno Inverso	UN		2016	1	90.000,00	180.000,00	270.000,00
2.168	Manutenção do Projeto Oratória nas Escolas	Alunos Beneficiados	UN	7.000,00	2016	1	7.000,00	0,00	7.000,00
1.158	Construção de Infraestrutura Esportiva e Quadras Poliesportivas nas Escolas Municipais	Quadras Contruídas	UN	15.000,00	2016	2	30.000,00	0,00	30.000,00
						Total da ação para o exercício	6.742.000,00	570.000,00	7.312.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 001 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 002 - Outras Atividades com Educação | 003 - FUNDEB

Função: 12 – Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Diagnóstico: O atendimento da criança de 0 a 5 anos é mantido pelo município através do atendimento educacional e serviço oferecidos, visando o desenvolvimento integral da criança em creches e pré-escolas. Atualmente existem três creches atendendo 550 crianças de 2 a 5 anos incompletos. É oferecido formação e treinamento às atendentes, monitores e professores.

Programa de governo: 0108 – O APRENDIZADO INICIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Descrição dos objetivos do programa: Investir na qualificação do atendimento às crianças de acordo com a legislação vigente; oferecer formação continuada aos professores e atendentes; investir em material didático e pedagógico e estrutura física adequada ao nível de ensino; superar a dicotomia existente entre a Assistência e a Educação; promover o desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social.

Indicador estabelecido no PPA	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Desejado
Percentual de Alunos Atendidos	%	51,12%	80%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.040	Manutenção dos Serviços de Creches	Alunos Atendidos	UN	7.225,00	2016	200	1.415.000,00	30.000,00	1.445.000,00
2.041	Manutenção da Pré-Escola	Alunos Atendidos	UN	3.428,57	2016	350	1.165.000,00	35.000,00	1.200.000,00
1.019	Equipamentos e Veículos para a Educação Infantil	Equipamentos Adquiridos	UN	2.000,00	2016	50	70.000,00	30.000,00	100.000,00
2.042	Merenda Escolar para a Educação Infantil - Creche	Alunos Atendidos	UN	402,08	2016	480	160.000,00	33.000,00	193.000,00
2.125	Merenda Escolar para a Educação Infantil - Pré-Escola	Alunos Atendidos	UN	380,21	2016	480	130.000,00	52.500,00	182.500,00
2.043	Qualificação de Professores e Servidores da Educação Infantil	Professores/Servidores Capacitados	UN	333,33	2016	60	20.000,00	0,00	20.000,00
1.020	Construção e Ampliação de Escola de Educação Infantil	Escola Ampliada	UN		2016	1	100.000,00	0,00	100.000,00
1.088	Manutenção e Conservação de Prédios Educação Infantil	Prédios Conservados	UN		2016	1	140.000,00	0,00	140.000,00
2.126	Manutenção e Suporte da Educação Infantil	Alunos Atendidos	UN		2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
						Total da ação para o exercício	3.210.000,00	180.500,00	3.390.500,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidades: 001 - Manut. e Desenvolvimento do	002 - Outras Atividades c/Educação		003 - FUNDEB	004 - Ensino Superior	005 - Ensino Médio

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental	365 - Educação Infantil	362 - Ensino Médio	364 - Ensino Superior

Diagnóstico: Êxodo rural cada vez maior; necessidade de veículos com menor capacidade; necessidade de aumentar a segurança no transporte.

Programa de governo: 0109 –O TRANSPORTE ESCOLAR FACILITA O ACESSO À EDUCAÇÃO

Descrição dos objetivos do programa: Fornecer transporte de qualidade e com segurança a todos os estudantes do interior do município e das creches que necessitam transporte até a escola.

Indicador estabelecido no PPA		Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Desejado
Percentual de Alunos Transportados na Educação Infantil (nº alunos transportados/total de alunos)x100 - Rural/Urbano		Percentual	26	50
Percentual de Alunos Transportados no Ensino Fundamental - Rural		Percentual	100	100
Percentual de Alunos Transportados no Ensino Médio - Rural		Percentual	100	100
Percentual de Alunos Transportados no Ensino Superior		Percentual	50	70

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.044	Manutenção do Transporte Escolar Educação Infantil - Creche	Alunos Transportados	UN	366,67	2016	150	55.000,00	0,00	55.000,00
2.124	Manutenção do Transporte Escolar Educação Infantil - Pré-Escola	Alunos Transportados	UN	508,00	2016	150	75.000,00	1.200,00	76.200,00
2.045	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental	Alunos Transportados	UN	2.073,33	2016	300	365.000,00	257.000,00	622.000,00
2.046	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio	Alunos Transportados	UN	1.340,00	2016	125	70.000,00	97.500,00	167.500,00
2.047	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Superior	Alunos Transportados	UN	489,57	2016	1150	563.000,00	0,00	563.000,00
1.021	Aquisição Veículo Transporte Escolar	Veículo Adquirido	UN	90.000,00	2016	2	150.000,00	30.000,00	180.000,00
2.170	Mmanutenção do Programa Passe Livre	Alunos Transportados	UN		2016	1150	0,00	100.000,00	100.000,00
						Total da ação para o exercício	1.278.000,00	485.700,00	1.763.700,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 004 - Ensino Superior

Função: 12 – Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior

Diagnóstico: Observa-se uma grande procura por curso superior e a UAB - Pólo de Tapejara atende até 450 alunos com tendência a aumentar esse número.

Programa de governo: 0111 - INCENTIVANDO O ENSINO SUPERIOR

Descrição dos objetivos do programa: Manutenção do pólo para manter a demanda de interessados em cursar o ensino superior.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.050	Manutenção do Pólo de Ensino Superior	Alunos Atendidos	UN	322,22	2016	450	145.000,00	0,00	145.000,00
1.022	Aquisição de Equipamentos e Veículos	Equipamentos Adquiridos	UN		2016	1	5.000,00	0,00	5.000,00
1.143	Ampliação do Pólo UAB	Ampliação - Edificação Pública	UN		2016	1	5.000,00	0,00	5.000,00
						Total da ação para o exercício	155.000,00	0,00	155.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 006 - Desporto e Cultura

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Diagnóstico: Atividades concentradas num único local (Centro Cultural); - Pouca diversificação de atividades culturais; - Falta de atividades que despertem o gosto pela cultura (teatro, leitura, dança, ...)

Programa de governo: 0112 – PROPAGAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Descrição dos objetivos do programa: Facilitar o acesso da população aos eventos culturais, descentralizando as atividades do centro cultural; - Oferecer oficinas e amostras culturais aos alunos e a terceira idades; - Modernizar o acervo bibliográfico; - Incentivar as manifestações culturais (declamação de poesias, cultura indígena, afro brasileira, alemã, italiana, gaúcha, ...) - Mostra étrica; - Feira do Livro.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Percentual de pessoas que participam de atividades culturais

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 60%

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 90%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.023	Aquisição de Acervo Bibliográfico	Acervo Adquirido	UN	25,00	2016	200	5.000,00	0,00	5.000,00
2.051	Manutenção da Biblioteca Pública Municipal	Biblioteca Mantida	UN		2016	1	80.000,00	0,00	80.000,00
2.052	Manutenção de Atividades Culturais/Eventos		UN		2016	1	400.000,00	0,00	400.000,00
1.025	Aquisição de Equipamentos Culturais	Equipamentos Adquiridos	UN	250,00	2016	20	5.000,00	0,00	5.000,00
2.053	Manutenção e Reforma do Centro Cultural	Centro Cultural Mantido	UN		2016	1	108.000,00	0,00	108.000,00
2.054	Manutenção do Parque AE Dameto	Parque Mantido	UN		2016	1	80.000,00	0,00	80.000,00
						Total da ação para o exercício	678.000,00	0,00	678.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 006 - Desporto e Cultura

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Diagnóstico: Esporte em desenvolvido, com prática de poucas modalidades tanto em nível escolar como de lazer e amador, espaço físico insuficiente e inadequado para a prática de algumas modalidades como o basquetebol por exemplo; inexistência de área de lazer para a prática de atividades recreativas.

Programa de governo: 0113 – ESPORTE É QUALIDADE DE VIDA

Descrição dos objetivos do programa: Adequar os espaços já existentes para a prática de modalidades variadas; ampliar a infraestrutura destinada ao esporte de recreação, estimular a prática de atividades esportivas de forma recreativa; ofertar atividades que envolvam todos os segmentos da comunidade; ampliar as atividades recreativas nos finais de semana.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Percentual da população que participa de atividades esportivas (nº de participantes de atividades esportivas/total da população)x100

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 30%

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 50%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.055	Manutenção do Desporto Amador	Campeonatos Realizados	UN	29.000,00	2016	5	145.000,00	0,00	145.000,00
2.057	Incentivo a Práticas Desportivas	Atividade Mantida	UN	10.000,00	2016	4	40.000,00	0,00	40.000,00
2.058	Auxílio a Entidades Desportivas	Auxílio Concedido	UN	15.000,00	2016	4	60.000,00	0,00	60.000,00
1.029	Construção/Ampliação de Ginásio de Esportes	Ginásios Construídos	UN	6.666,67	2016	3	20.000,00	0,00	20.000,00
2.061	Manutenção de Parques Esportivos e Ginásios	Parques e Ginásios Mantido	UN	7.000,00	2016	10	70.000,00	0,00	70.000,00
1.092	Construção/Ampliação de Campo Municipal de Futebol	Campo Construído/Ampliado	UN	10.000,00	2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
1.105	Construção e Ampliação da Pista de Arrancadas	Área Construída/Ampliada	M2	10.000,00	2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
1.150	Construção de Infraestrutura Esportiva e Quadras Poliesportivas	Quadras Construídas	UN	10.000,00	2016	2	20.000,00	0,00	20.000,00
2.174	Academia ao Ar Livre	Quadras Construídas	UN	10.000,00	2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
						Total da ação para o exercício	385.000,00	0,00	385.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 007 - Ensino Profissional

Função: 12 – Educação

Subfunção: 363 - Ensino Profissional

Diagnóstico: Implantar e manter Cursos Profissionalizantes, disponibilizados pelo Município e Entidades Profissionalizantes, objetivando a capacitação

Programa de governo: 0135 - CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Descrição dos objetivos do programa: .Capacitar Jovens e Adultos, habilitando-os para o mercado de trabalho de forma capaz e habilitada.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Alunos

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 300 Alunos

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 100%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário (

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.138	Manutenção de Cursos Profissionalizantes	Alunos Atendidos	UN	200,00	2016	200	40.000,00	0,00	40.000,00
				Total da ação para o exercício			40.000,00	0,00	40.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Habitação

Unidade: 001 - Secretaria de Habitação

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 122 - Administração Geral

Diagnóstico: Um dos principais problemas da Secretaria de Habitação é o mau estado de conservação dos equipamentos, tais como: Máquinas de marcenaria e equipamentos de informática, como tambem falta mão de obra qualificada.

Programa de governo: 0010 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DE HABITAÇÃO

Descrição dos objetivos do programa: Manter o funcionamento da Secretaria, bem como modernizar e dar sustentabilidade operacional as atividades a serem

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.062	Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação	Secretaria Mantida	UN		2016	1	750.000,00	0,00	750.000,00
1.030	Equipamentos e Veículo para a Secretaria Municipal de Habitação	Equipamentos Adquiridos	UN	1.000,00	2016	10	10.000,00	0,00	10.000,00
						Total da ação para o exercício	760.000,00	0,00	760.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Habitação

Unidade: 001 - Secretaria de Habitação

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana | Subfunção: 481 - Habitação Rural

Diagnóstico: Constatou-se que a um grande número de residências necessitando de melhorias habitacionais, como tambem familias residindo em terremos irregulares, bem como loteamentos pendentes de regulzarização fundiária.

Programa de governo: 0114 - CHAVE NA MÃO 2

Descrição dos objetivos do programa: Contemplar 150 familias, com a construção de 150 novas casas, como tambem realizar 600 reformas em residências em más condições de habitabilidade, bem como prover a falta de mão de obra no município e oferecer alternativas adequadas às aspirações e condições sócio-econômicas das famílias, para que as necessidades habitacionais sejam progressivamente eliminadas.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Percentual de famílias sem moradia, regularização fundiárias, melhorias em residencias e reassentamento de famílias

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:22%

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 8%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.031	Construção de Unidades Habitacionais	Unidades Construídas	UN	3.333,33	2016	30	100.000,00	0,00	100.000,00
2.127	Regularização Fundiária	Propriedades Atendidas	UN	3.000,00	2016	10	30.000,00	0,00	30.000,00
2.162	Reassentamento de Famílias	Famílias Atendidas	UN	2.000,00	2016	20	40.000,00	0,00	40.000,00
1.033	Reformas e Melhorias Habitacionais Urbanas e Rurais	Reformas/Melhorias Realizadas	UN	1.250,00	2016	200	250.000,00	0,00	250.000,00
						Total da ação para o exercício	420.000,00	0,00	420.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Industrial

Unidade: 001 - Secretaria de Desenvolvimento Indústria e Comércio

Função: 22- Indústria

Subfunção: 122 - Administração Geral

Diagnóstico: A Secretaria necessita ser reestruturada para atender melhor a população, bem como a necessidade de treinamento dos servidores que atuam na área.

Programa de governo: 0011 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Descrição dos objetivos do programa: Planejar e coordenar as ações voltadas ao desenvolvimento industrial do município

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.063	Manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Indústria e Comércio	Secretaria Mantida	UN		2016	1	300.000,00	0,00	300.000,00
1.034	Equipamentos para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Indústria e Comércio	Equipamentos Adquiridos	UN	1.000,00	2016	5	5.000,00	0,00	5.000,00
						Total da ação para o exercício	305.000,00	0,00	305.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Industrial

Unidade: 001 - Secretaria de Desenvolvimento Indústria e Comércio

Função: 22- Indústria | Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 128 - Formação de Recursos | Subfunção: 661 - Produção Industrial | 691 - Promoção Comercial

Diagnóstico: O problema é a geração, formação e qualificação de mão de obra, bem como a falta de terrenos para implantação de industrias

Programa de governo: 0115 - APOIO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Descrição dos objetivos do programa: Adquirir área para implantação de industriais objetivando a geração de emprego e renda.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Empresas cadastradas com CNPJ

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 1.014

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 1.300

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (X) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.035	Incentivos para Cursos Profissionalizantes	Cursos Oferecidos	UN	2.500,00	2016	8	20.000,00	0,00	20.000,00
1.037	Implantação de Agroindústrias, Incentivo a Instalação e Ampliação de Indústrias	Empresas Implantadas	UN	30.000,00	2016	1	30.000,00	0,00	30.000,00
1.038	Incentivo à Empresas de Médio e Grande Porte, Micro Empresas e Pequenas Empresas	Empresas Incentivadas	UN	18.000,00	2016	5	90.000,00	0,00	90.000,00
1.039	Ampliação do Parque de Eventos	Parque Ampliado	UN		2016	1	30.000,00	0,00	30.000,00
2.064	Manutenção do Parque de Eventos	Parque Mantido	UN		2016	1	30.000,00	0,00	30.000,00
1.090	Implantação/Manutenção e Melhorias do Distrito Industrial	Distrito Industrial Implantado	UN		2016	1	40.000,00	0,00	40.000,00
1.120	Implantação de Pavimentação no Distrito Industrial	Distrito Industrial Pavimentado	UN	20.000,00	2016	1	20.000,00	0,00	20.000,00
1.148	Implantação e Ampliação de Rede de Energia Elétrica nos Distritos Industriais	Redes Implantadas e Ampliadas	UN	30.000,00	2016	1	30.000,00	0,00	30.000,00
1.040	Realização da Expotapejara	Feira Realizada	UN	250.000,00	2016	1	250.000,00	0,00	250.000,00
						Total da ação para o exercício	540.000,00	0,00	540.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 09 - Secretaria da Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 122 – Administração Geral

Diagnóstico: A Secretaria de Saúde é responsável pelo planejamento e coordenação das atividades inerentes a área da saúde.

Programa de governo: 0012 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAÚDE

Descrição dos objetivos do programa: Promover suporte e apoio necessário às ações de saúde.Manter o CNES atualizado.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: índice de alimentação regular das bases de dados dos programas/SUS e ações da secretaria de saúde.

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 100%

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 100%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.066	Manutenção da Secretaria da Saúde	Secretaria Mantida	UN		2016	1	730.000,00	0,00	730.000,00
1.041	Equipamentos e Veículos para a Secretaria de Saúde	Equipamentos Adquiridos	UN	1.000,00	2016	20	20.000,00	0,00	20.000,00
2.067	Manutenção do Conselho de Saúde	Conselho Mantido	UN		2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
2.068	Conservação de Próprios Municipais	Prédios Conservados	UN		2016	7	30.000,00	10.000,00	40.000,00
						Total da ação para o exercício	790.000,00	10.000,00	800.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 09 – Secretaria da Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Diagnóstico: Os principais problemas são: a falta de profissionais na área especializada no município e de médicos plantonistas, baixa realização de cirurgias eletivas pelo SUS.

Programa de governo: 0116 – SAÚDE PARA TODOS

Descrição dos objetivos do programa: Objetivar o atendimento resolutivo para os problemas de saúde da população.

Indicador estabelecido no PPA	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Desejado
Índicer de População atendida	%	100	100

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.069	Convênios Hospitalares	Plantão 24 Horas (Pronto atendimento, Urgência e Emergência, Cirurgias)	UN	10,42	2016	24h/dia - 105.600 consultas	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
2.070	Fornecimento de Exames Especializados	Exames fornecidos/ano	UN	7,50	2016	20.000	100.000,00	50.000,00	150.000,00
2.071	Consultas Especializadas	Consultas Fornecidas/ano	UN	7,20	2016	52.800	100.000,00	280.000,00	380.000,00
2.117	Manutenção da SAMU	SAMU Mantida	UN		2016	1	50.000,00		50.000,00
2.120	Manutenção das Atividades do CAPS	Pessoas Atendidas	UN	1.000,00	2016	500	170.000,00	330.000,00	500.000,00
2.128	Manutenção do L.R.P.D.	Procedimentos Realizados/ano	UN	291,67	2016	240	10.000,00	60.000,00	70.000,00
						Total da ação para o exercício	1.530.000,00	720.000,00	2.250.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 09 - Secretaria da Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde | 002 - Outras Despesas com Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Diagnóstico: Através deste programa, o Município presta atendimento domiciliar a toda a população coberta pelos 4 ESFs. Os Agentes Comunitários de Saúde orientam a população, identificam problemas e encaminham para a resolutividade, atuando como elo de ligação entre os demais profissionais de saúde e a comunidade. É fundamental para o município atuar na prevenção, pois os procedimentos curativos são de custos elevados, o que inviabilizaria o sistema. Os problemas são a cobertura no centro e interior por não possuir o programa PACS; Dificuldade de ações de promoção e prevenção à saúde, desenvolvimento industrial da cidade com muitas pesoas oriundas de outros municípios sem a cultura de prevenção, e por muitas pessoas trabalharem o dia todo e não se encontrarem em suas residências para aas visitas das ACSs.

Programa de governo: 0117 – ATENÇÃO A SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF/PACS)

Descrição dos objetivos do programa: Levar a saúde para mais perto da família, atuando de maneira preventiva e educativa, com vistas a melhorar a qualidade de vida da população.

Indicador estabelecido no PPA	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Desejado
Proporção da População Cadastrada pela Estratégia Saúde da Família	%	60	65

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.074	Manutenção do Programa Saúde da Família	Pessoas Atendidas	UN	115,17	2016	10.246	710.000,00	470.000,00	1.180.000,00
2.122	Manutenção do Programa PMAQ-AB	Pessoas Atendidas	UN	11,71	2016	10.246	0,00	120.000,00	120.000,00
2.075	Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde	Pessoas Atendidas	UN	47,82	2016	10.246	100.000,00	390.000,00	490.000,00
2.167	Manutenção do Programa Mais Médicos	Pessoas Atendidas	UN	10,00	2016	7.000	70.000,00	0,00	70.000,00
						Total da ação para o exercício	880.000,00	980.000,00	1.860.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 09 - Secretaria da Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde | 002 - Outras Despesas com Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Diagnóstico: Os principais problemas enfrentados pelo Município com relação a saúde básica, são: mudar o perfil da população, que busca os serviços de saúde no momento em que já se encontra doente, sem a preocupação de manter a promoção e a prevenção da saúde. Capitação precoce das gestantes do município para acompanhamento do Pré-Natal.

Programa de governo: 0118 – SAÚDE PÚBLICA DIREITO DO CIDADÃO

Descrição dos objetivos do programa: Objetiva suprir o somatório de ações e serviços preventivos e curativos no primeiro nível de saúde.

Indicador estabelecido no PPA	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Desejado
População Atendida	%	70%	80%
Consultas Básicas por Habitante/ano	Unidade	1,5	1,6
Consultas de Pré-Natal por Gestante	Unidade	6	7

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.076	Assistência Médica e Ambulatorial	Consultas Realizadas/ano	UN	30,24	2016	96.764	2.476.000,00	450.000,00	2.926.000,00
2.077	Fornecimento de Exames Básicos	Exames Fornecidos	UN	7,04	2016	22.741	100.000,00	60.000,00	160.000,00
1.069	Equipamentos e Veículos para a Unidade Básica de Saúde	Equipamentos Adquiridos	UN	8.571,43	2016	14	100.000,00	20.000,00	120.000,00
2.079	Distribuição de Medicamentos	Pessoas Atendidas/ano	UN	10,08	2016	63.979	475.000,00	170.000,00	645.000,00
1.043	Construção e Ampliação de Ambulatórios e Postos de Saúde	Ambulatórios/Postos Construídos	UN		2016	1	50.000,00	0,00	50.000,00
2.160	Manutenção do Programa Rede Cegonha/PIM	Crianças de 0 a 6 anos e Gestantes acompanhadas/mês	UN	333,33	2016	450	50.000,00	100.000,00	150.000,00
2.132	Manutenção das Oficinas Terapêuticas	População Atendida	UN	190,00	2016	200	20.000,00	18.000,00	38.000,00
						Total da ação para o exercício	3.271.000,00	818.000,00	4.089.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 09 - Secretaria da Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal da Saúde | 002 - Outras Despesas com Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 304 – Vigilância Sanitária

Diagnóstico: É necessário criar mecanismos de prevenção de agravos e riscos à saúde da população, que atue de forma educativa, orientando a população, e fiscalizadora, que garanta a obediência a padrões sanitários mínimos. Os maiores problemas são a falta de continuidade das atividades, falta de legislação específica, definição de responsabilidades, falta de meios para o transporte dos agentes sanitários até os locais para execução das atividades.

Programa de governo: 0119 – AÇÕES BÁSICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Descrição dos objetivos do programa: Objetivar a modernização das ações de fiscalização e controle sanitário em produtos, serviços e ambientes sujeitos a vigilância sanitária, bem como as atividades educacionais sobre vigilância sanitária, ainda realizar o controle de vigilância da qualidade da água.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: percentual de estabelecimentos fiscalizados

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 100

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 100

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: vigilância da qualidade da água

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 100

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 100

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ -		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.080	Manutenção da Vigilância Sanitária	Inspeções Realizadas/ano Coleta de amostras anuais	UN	93,75	2016	640	40.000,00	20.000,00	60.000,00
						Total da ação para o exercício	40.000,00	20.000,00	60.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 09 - Secretaria da Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal da Saúde | 002 - Outras Despesas com Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica

Diagnóstico: É necessário criar mecanismos para identificar e controlar precocemente epidemias com potencial de difusão e de letalidade. O maior problema enfrentado é a dificuldade de meios de transporte para desenvolver suas atividades. Também há falta de material para execução da atividade diária.

Programa de governo: 0120 – AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Descrição dos objetivos do programa: Desenvolver ações básicas de investigação epidemiológica e ambiental, de diagnósticos de risco, ações de controle, eliminação e erradicação de agentes de agravos e danos a saúde individual e coletiva da população. Ações e prevenções das D.A.N.T.S. (Doenças e agravos não transmissiveis)

Indicador estabelecido no PPA	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Desejado
Percentual de cobertura vacinal em crianças	%	95	100
Percentual de cobertura vacinal em mulheres em idade fértil	%	60	70
Percentual de cobertura vacinal em gestantes	%	100	100
Percentual de cobertura vacinal Hepatite B população menor de 20 anos e grupos de risco	%	60	70
Percentual de cobertura vacinal Influenza	%	60	65
Nascidos Vivos - SINASC	%	100	100
Percentual de visitas em armadilhas e pontos estratégicos realizados no município (aedes	%	100	100

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.081	Manutenção de Campanha para Combate de Insetos e Roedores	Campanha Mantida	UN		2016	1	70.000,00	0,00	70.000,00
2.082	Manutenção da Vigilância em Saúde e Aquisição de Equipamentos.	Vacinas aplicadas/ano nº de pontos estratégicos	UN	18,87	2016	13.780/ano 870	100.000,00	160.000,00	260.000,00
1.046	Aquisição de Equipamentos e Veículos a Vigilância em Saúde	Equipamentos Adquiridos	UN	2.000,00	2016	5	5.000,00	5.000,00	10.000,00
2.121	Manutenção de Campanhas Educativas e Preventivas em Saúde	Campanhas Manidas	UN		2016	1	0,00	5.000,00	5.000,00
2.133	Manutenção da Academia de Saúde	Academia Mantida	UN		2016	1	50.000,00	10.000,00	60.000,00
						Total da ação para o exercício	225.000,00	180.000,00	405.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão:09 - Secretaria da Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal da Saúde | 002 - Outras Despesa com Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Diagnóstico: A falta de atendimento odontológico reflete na saúde da população. O maior problema enfrentado pelo Município nesta área é a primeira consulta na pré-escola, onde inicia o atendimento preventivo, com a orientação sobre escovação e outros cuidados porém não há o comprometimento dos pais na continuidade desta atividade.

Programa de governo: 0121 – ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PARA TODOS

Descrição dos objetivos do programa: Melhorar a qualidade de vida da população do Município, enfocando atividades educativo-preventivas e tratar os problemas bucais já existentes, identificação de doenças bucais, disponibilizar prótese dentária via SUS.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: índice de procedimentos odontológicos na população

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 0,70 procedimentos/população

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 0,84

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.083	Procedimentos Odontológicos-UBS	Procedimentos Realizados/ano	UN	1,48	2016	67.628	100.000,00	0,00	100.000,00
1.047	Equipamentos para Consultório Odontológico	Equipamentos Adquiridos	UN	2.000,00	2016	5	5.000,00	5.000,00	10.000,00
2.158	Manutenção do Programa Saúde Bucal	Procedimentos Realizados/ano	UN	20,15	2016	19.400	285.000,00	106.000,00	391.000,00
						Total da ação para o exercício	390.000,00	111.000,00	501.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 10 – Secretaria Municipal Geral de Obras

Unidade: 002 - DMER

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Diagnóstico: Patrolamento e encascalhamento das estradas em razão dos danos causados pelas intempéries. Há necessidade de construção de duas pontes sobre o Rio Carreteiro, na Comunidade de Santa Rita e Linha Caravágio.

Programa de governo: 0125 - CAMINHOS DA PRODUÇÃO

Descrição dos objetivos do programa: Preservação e conservação das estradas municipais com a colocação de cascalho, .

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.105	Conservação de Estradas	Estradas Mantidas	KM	2.260,00	2016	500	950.000,00	180.000,00	1.130.000,00
1.050	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	01 Britador, 01 escavadeira hidráulica, 01 Caminhão Toco, 01 prancha para transporte.	UN	5.000,00	2016	2	10.000,00	0,00	10.000,00
2.106	Manutenção e Conservação de Veículos e Máquinas	Veículos e Máquinas Conservados	UN	24.433,33	2016	30	733.000,00	0,00	733.000,00
2.028	Manutenção de Pontes, Pontilhões e Bueiros	Pontes,Pontilhões, Pinguelas e Bueiros	UN	750,00	2016	40	20.000,00	10.000,00	30.000,00
1.052	Construção e Reestruturação de Pontes, Pontilhões e Bueiros	Pontes Construídas	UN	1.000,00	2016	5	5.000,00	0,00	5.000,00
						Total da ação para o exercício	1.718.000,00	190.000,00	1.908.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 10 – Secretaria Municipal Geral de Obras

Unidade: 001 - Administração

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 122 – Administração Geral

Diagnóstico: A Secretaria de Obras é responsável pelo planejamento e coordenação das atividades inerentes ao setor de transportes e área urbana.

Programa de governo: 0014 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DE OBRAS

Descrição dos objetivos do programa: Promover o apoio à Secretaria de Obras.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.107	Manutenção da Secretaria de Obras e Viação	Secretaria Mantida	UN		2016	1	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
1.054	Equipamentos para a Secretaria de Obras	Equipamentos Adquiridos	UN	1.000,00	2016	5	5.000,00	0,00	5.000,00
1.055	Aquisição de Veículos	Veículo Adquirido	UN	10.000,00	2016	2	20.000,00	0,00	20.000,00
						Total da ação para o exercício	1.125.000,00	0,00	1.125.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 – Infra-estrutura Urbana

Diagnóstico: Há necessidade de remodelação das praças municipais, bem como pavimentação de vias públicas, dentre outros.

Programa de governo: 0126 – MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

Descrição dos objetivos do programa: Melhorar a infra-estrutura urbana.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em Elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.056	Construção e Reforma de Passeios Públicos e Meio-Fios	Passeios Construídos	M2	2,50	2016	20.000	50.000,00	0,00	50.000,00
1.057	Conservação e Remodelação de Praças Municipais	Praças Construídas	M2	5.000,00	2016	2	10.000,00	0,00	10.000,00
1.058	Abertura, Pavimentação, Ampliação e Conservação de Vias Públicas	Vias Pavimentadas	M2	211,11	2016	9.000	400.000,00	1.500.000,00	1.900.000,00
1.059	Construção de Abrigos de Ônibus	Abrigos Construídos	M2	200,00	2016	50	10.000,00	0,00	10.000,00
						Total da ação para o exercício	470.000,00	1.500.000,00	1.970.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Diagnóstico: A continuidade e aperfeiçoamento da coleta seletiva de lixo. A conscientização da população para a separação adequada do lixo.

Programa de governo: 0127 - CIDADE LIMPA

Descrição dos objetivos do programa: Manter os serviços de coleta seletiva do lixo.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: % de residências atendidas na área urbana

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 100%

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 100%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.108	Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	Serviços Mantidos	UN		2016	1	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
2.109	Coleta Seletiva de Lixo	Serviços Mantidos	UN		2016	1	1.450.000,00	0,00	1.450.000,00
						Total da ação para o exercício	2.550.000,00	0,00	2.550.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Serviços Urbanos

Função:15 - Urbanismo

Subfunção: 122 – Administração Geral

Diagnóstico: A Secretaria de Obras é responsável pelo planejamento e coordenação das atividades inerentes ao setor de transportes e área urbana.

Programa de governo: 0008 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DE SERVIÇOS URBANOS

Descrição dos objetivos do programa: Promover o apoio à Secretaria de Obras.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.110	Manutenção da Secretaria de Serviços Urbanos	Secretaria Mantida	UN		2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
1.060	Equipamentos para a Secretaria de Serviços Urbanos	Equipamentos Adquiridos	UN	1.000,00	2016	5	5.000,00	0,00	5.000,00
2.111	Conservação de Próprios Municipais	Prédio Conservado	UN		2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
						Total da ação para o exercício	25.000,00	0,00	25.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Diagnóstico: Os problemas da área urbana referem-se a sinalização e controle de trânsito e segurança da população.

Programa de governo: 0128 - É NECESSÁRIO MANTER OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Descrição dos objetivos do programa: Planejar e organizar o trânsito de veículos e pedestres, aumentando a segurança da população nas vias públicas.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.112	Manutenção dos Serviços Urbanos e Sinalização de Trânsito	Serviço Mantido	UN		2016	1	950.000,00	0,00	950.000,00
2.113	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	Serviço Mantido	UN		2016	1	700.000,00	370.000,00	1.070.000,00
1.140	Instalação de Redes de Energia Elétrica	Redes Construídas	km	5.000,00	2016	2	10.000,00	0,00	10.000,00
2.114	Controle e Fiscalização do Trânsito	Serviço Mantido	UN		2016	1	210.000,00	0,00	210.000,00
2.115	Manutenção e Conservação de Cemitério	Cemitérios Mantidos	UN		2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
1.062	Instalação de Câmeras de Vigilância	Câmeras Instaladas	UN	33.333,33	2016	3	100.000,00	0,00	100.000,00
2.150	Manutenção de Câmeras de Vigilância	Câmeras Mantidas	UN	16.666,67	2016	3	50.000,00	0,00	50.000,00
2.151	Manutenção de Semáforos/Sinaleiras	Semáforos Mantidos	UN	3.000,00	2016	5	15.000,00	0,00	15.000,00
1.141	Implantação de Semáforos/Sinaleiras	Semáforos Implantadas	UN	10.000,00	2016	2	20.000,00	0,00	20.000,00
1.063	Equipamentos para a Área Urbana	Equipamentos Adquiridos	UN	1.000,00	2016	5	5.000,00	0,00	5.000,00
						Total da ação para o exercício	2.070.000,00	370.000,00	2.440.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Unidade: 002 - Saneamento

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Diagnóstico: Inexistência de estação de tratamento de esgoto, bem como fiscalização rigorosa sobre a eliminação dos dejetos. Observa se o habite-se é liberado após a fiscalização. Regularizar a central de tratamento de esgoto que não está funcionando no Bairro São Cristovão.

Programa de governo: 0129 - INVESTIMENTO EM SANEAMENTO, RETORNO EM SAÚDE

Descrição dos objetivos do programa: Regularizar o saneamento no Município.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Percentual de Esgoto Tratado

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: zero

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano: 30%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
1.112	Construção, Instalação e Conservação de Fossas Sépticas em Residências	Saneamento Básico Ampliado em Residências	UN	100,00	2016	100	10.000,00	0,00	10.000,00
1.066	Ampliação e Conservação do Saneamento Básico	Saneamento Básico Ampliado	UN		2016	1	20.000,00	0,00	20.000,00
						Total da ação para o exercício	30.000,00	0,00	30.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS									
Órgão: 12 – Encargos Gerais									
Unidade: 001 - Encargos Gerais									
Função: 28 – Encargos Especiais									
Subfunção: - 846 – Outros Encargos Especiais									
Programa de governo: 0000									
Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
9.999	Reserva de Contingência				2016		500.000,00	0,00	500.000,00
0.001	Pagamento de Despesas de Exercícios				2016		20.000,00	0,00	20.000,00
0.002	Custeio de Cedências e Obrigações Patronais				2016		220.000,00	0,00	220.000,00
0.003	Pagamento de Sentenças Judiciais				2016		500.000,00	0,00	500.000,00
0.004	Manutenção Convênio IPERGS				2016		850.000,00	0,00	850.000,00
0.005	Reserva de Contingência do RPPS				2016		2.830.500,00	0,00	2.830.500,00
0.006	Amortização do Passivo Atuarial				2016		2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
0.007	Contribuição para o PASEP				2016		700.000,00	0,00	700.000,00
						Total da ação para o exercício	8.020.500,00	0,00	8.020.500,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS									
Órgão: 12 - Encargos Gerais									
Unidade: 001 - Encargos Gerais									
Função: 28 – Encargos Especiais									
Subfunção: - 843 – Serviços da Dívida Interna									
Programa de governo: 0000									
Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
0.008	Pagamento da Dívida Fundada				2016	1	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Total da ação para o exercício							1.000.000,00	0,00	1.000.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 001 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Diagnóstico: Manter a Secretaria, ampliar os profissionais e proporcionar capacitação continuada.

Programa de governo: 0013 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Descrição dos objetivos do programa: Manter a Secretaria de Assistência Social com a estrutura necessária e devidamente capacitada.

Nome do Indicador estabelecido no plano plurianual: Em elaboração

Indicador (índice) previsto no momento do planejamento:

Indicador (índice) pretendido ao final do Plano:

Tipo de Programa: Apoio Administrativo (x) Finalístico ( ) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.084	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	Secretaria Mantida	UN		2016	1	405.000,00	0,00	405.000,00
1.048	Equipamento e Veículos para a Assistência Social	Equipamentos Adquiridos	UN	1.666,67	2016	3	5.000,00	0,00	5.000,00
2.085	Manutenção do Conselho Tutelar	Conselho Mantido	UN		2016	1	90.000,00	0,00	90.000,00
2.086	Manutenção do Conselho de Assistência Social e Comdicat	Conselho Mantido	UN		2016	1	10.000,00	0,00	10.000,00
						Total da ação para o exercício	510.000,00	0,00	510.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS				
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Assistencia Social				
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Assistência Social				
Função: 08 – Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	Subfunção: 242 - Assistência ao Portador de Deficiência		Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso
Diagnóstico: Situações de vulnerabilidade social por ação ou omissão da família e do Estado, em que os vínculos familiares ainda não foram rompidos.				
Programa de governo: 0122 - PROTEÇÃO ESPECIAL - MÉDIA COMPLEXIDADE				
Descrição dos objetivos do programa: Oferecer atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujo vínculo familiar e comunitário não foram rompidos.				

Indicador Estabelecido no PPA	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Desejado**
Adolescentes Atendidos (público atendido/total de adolescentes)x100	Percentual	1,01%	2,50%
Famílias Atendidas	Percentual	10,00%	12,00%
Pessoas com Deficiência Atendidos	Percentual	Em elaboração	Em elaboração

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.088	Serviço de Proteção Social Especial	Defic.,Crianças, Adoles., Adultos e Famílias	UN	480,00	2016	25	0,00	12.000,00	12.000,00
2.089	Plantão Social - Serviço Especializado em Abordagem Social	Famílias Atendidas	UN	160,00	2016	125	20.000,00	0,00	20.000,00
2.090	Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto	Adolescentes Atendidos	UN	125,00	2016	40	5.000,00	0,00	5.000,00
2.155	Implantação e Manutenção do CREAS	Famílias Atendidas	UN	600,00	2016	50	30.000,00	0,00	30.000,00
						Total da ação para o exercício	55.000,00	12.000,00	67.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Assistencia Social

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	Subfunção: 242 - Assistência ao Portador de Deficiência	Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso

Diagnóstico: Situações de vulnerabilidade social onde os vínculos familiares e comunitários foram rompidos.

Programa de governo: 0123 - PROTEÇÃO ESPECIAL - ALTA COMPLEXIDADE

Descrição dos objetivos do programa: Proporcionar serviços de proteção social especial que garantam proteção integral(moradia, alimentação, higienização e trabalho) para famílias.

Indicador Estabelecido no PPA	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Desejado**
Familias Atendidas	Percentual	0,36%	0,60%
Idosos Atendidos	Percentual	8,72%	15,00%
Crianças e Adolescentes Atendidos (público atendido/total de adolescentes)x100	Percentual	1,07%	1,50%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.091	Família Acolhedora	Crianças e Adolescentes Atendidos	UN	6.666,67	2016	12	80.000,00	0,00	80.000,00
2.092	Convênios com Entidades	Crianças e Adolescentes Atendidos	UN	10.000,00	2016	10	100.000,00	0,00	100.000,00
2.154	Serviço de Acolhimento Institucional	Crianças, Adolescentes, Adultos, Idosos e Famílias Atendidas	UN	2014 2017	2016	10	60.000,00	0,00	60.000,00
						Total da ação para o exercício	240.000,00	0,00	240.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS				
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Assistencia Social				
Unidade: 001 - Departamento de Assistência	002 - Fundo Municipal de Assistência Social		003 - Fundo da Criança e do Adolescente	
Função: 08 – Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	Subfunção: 242 - Assistência ao Portador de Deficiência		Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso
Diagnóstico: Entre os principais problemas encontra-se a falta de vulnerabilidade social da População referenciada e a falta de profissionalização e qualificação para inserção no mercado de trabalho.				
Programa de governo: 0124 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Descrição dos objetivos do programa: Desenvolver ações a partir do território das famílias para superação de situações de vulnerabilidade social. Desenvolver cursos e capacitações para inclusão social, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo acesso e usufruto de direitos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.				

Indicador Estabelecido no PPA	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Desejado**
Crianças e Adolescentes Atendidos (público atendido/total de crianças e adolescentes)x100	Percentual	12,50%	18,00%
Idosos Atendidos	Percentual	9%	15%
Famílias Atendidas	Percentual	25,20%	40,00%
Pessoas com Deficiencias Atendidas	Percentual	85%	90%

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes de Financiamento		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.094	Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Fundo Mantido	UN	40.000,00	2016	1	0,00	40.000,00	40.000,00
2.095	Programa Jovem Trabalhador	Adolescentes Atendidos	UN	4.000,00	2016	20	80.000,00	0,00	80.000,00
2.096	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Oficina de Teatro, Música, Dança, Informática e	Crianças, Adolescentes, Adultos e Idosos atendidos	UN	740,00	2016	50	12.000,00	25.000,00	37.000,00
2.097	Projeto Fazendo Arte - (Artes Diversas, Crochê, Tricô e Corte e Costura)	Crianças, Adolescentes e Adultos Atendidos	UN	1.500,00	2016	30	5.000,00	40.000,00	45.000,00
1.119	Projeto Cozinha Comunitária	Adultos Atendidos	UN	600,00	2016	50	20.000,00	10.000,00	30.000,00
2.100	Restaurante Popular	Pessoas Atendidas/dia	UN	1.200,00	2016	50	60.000,00	0,00	60.000,00
2.101	Benefícios Eventuais	Pessoas Atendidas	UN	190,00	2016	300	57.000,00	0,00	57.000,00
2.102	Cursos em Parceria	Pessoas Atendidas	UN	120,00	2016	150	10.000,00	8.000,00	18.000,00
2.103	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Famílias Atendidas	UN	246,00	2016	500	10.000,00	113.000,00	123.000,00
2.087	Manutenção do CRAS	Centro Mantido	UN	465.000,00	2016	1	445.000,00	20.000,00	465.000,00
						Total da ação para o exercício	699.000,00	256.000,00	955.000,00

DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Assistencia Social

Unidade: 004 - Fundo Municipal do Idoso

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso

Diagnóstico: Situações de vulnerabilidade psicosocial onde os vínculos familiares e comunitários se mantem e/ou rompidos.

Programa de governo: 0131 - APOIO E PROTEÇÃO AO IDOSO

Descrição dos objetivos do programa: Proporcionar serviços de proteção social básica e especial, que garantam proteção integral ao Idoso.

Indicador Estabelecido no PPA	**Unidade de Medida**	**Índice Recente**	**Índice Desejado**
Proteção aos Idosos.	Percentual		

Tipo de Programa: Apoio Administrativo ( ) Finalístico (x) Horizonte Temporal: Contínuo (x) Temporário ( )

Cód. da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Preço Unitário	Meta		Custo Previsto p/ o exercício -R$ - Fontes		
					Ano	Quant. Física	Próprios	Terceiros	Total
2.129	Manutenção do Conselho Municipal do Idoso	Idosos Atendidos	UN.		2016	1	5.000,00	0,00	5.000,00
2.131	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	Idosos Atendidos	UN.		2016	1	5.000,00	0,00	5.000,00
2.099	Manutenção da Casa de Convivência Dona Verônica	Idosos Atendidos	UN.		2016	1	5.000,00	30.000,00	35.000,00
1.049	Equipamentos para a Casa de Convivência Dona Verônica	Idosos Atendidos	UN.		2016	1	0,00	5.000,00	5.000,00
1.142	Construção da Piscina para os Idosos	Idosos Atendidos	UN.		2016	1	5.000,00	0,00	5.000,00
						Total da ação para o exercício	20.000,00	35.000,00	55.000,00

RESUMO DESPESA LDO 2016				
ÓRGÃO	**REC.PRÓPRIOS**	**REC.TERCEIROS**	**TOTAL**	**%**
PODER LEGISLATIVO	**1.780.000,00**	**0,00**	**1.780.000,00**	**2,88%**
GABINETE	**1.503.000,00**	**0,00**	**1.503.000,00**	**2,43%**
SECR. ADMINISTRAÇÃO	**7.505.000,00**	**0,00**	**7.505.000,00**	**12,14%**
DPTO ADMINISTRAÇÃO	2.910.000,00	0,00	2.910.000,00	4,71%
DPTO FUNDO - RPPS	4.595.000,00	0,00	4.595.000,00	7,44%
SECR. FAZENDA	**1.155.000,00**	**0,00**	**1.155.000,00**	**1,87%**
SECR. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	**2.077.300,00**	**0,00**	**2.077.300,00**	**3,36%**
SECR. EDUCAÇÃO E CULTURA	**13.658.000,00**	**1.236.200,00**	**14.894.200,00**	**24,10%**
EDUCAÇÃO	11.767.000,00	1.038.700,00	12.805.700,00	20,72%
ENSINO MÉDIO	70.000,00	97.500,00	167.500,00	0,27%
ENSINO SUPERIOR	718.000,00	100.000,00	818.000,00	1,32%
DESPORTO E CULTURA	1.063.000,00	0,00	1.063.000,00	1,72%
ENSINO PROFISSIONAL	40.000,00	0,00	40.000,00	0,06%
SECR. HABITAÇÃO	**1.180.000,00**	**0,00**	**1.180.000,00**	**1,91%**
SECR. INDUSTRIA E COMÉRCIO	**845.000,00**	**0,00**	**845.000,00**	**1,37%**
SECR. SAÚDE	**7.126.000,00**	**2.839.000,00**	**9.965.000,00**	**16,12%**
SECR. GERAL DE OBRAS	**2.843.000,00**	**190.000,00**	**3.033.000,00**	**4,91%**
SECR. MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	**5.145.000,00**	**1.870.000,00**	**7.015.000,00**	**11,35%**
ENCARGOS GERAIS	**9.020.500,00**	**0,00**	**9.020.500,00**	**14,60%**
SECR. ASSISTÊNCIA SOCIAL	**1.524.000,00**	**303.000,00**	**1.827.000,00**	**2,96%**
TOTAL	**55.361.800,00**	**6.438.200,00**	**61.800.000,00**	**100,00%**